



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 2/2021

Sessão Extraordinária de 3 de dezembro de 2021

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas 21 horas e 05 minutos, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

**21 Deputados Municipais do PS-** Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Joana Guerreiro da Conceição (1.ª secretária), Fernando Pereira Marques (2.º secretário), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecaterina Necker, Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João David (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Maria da Conceição Leite Esteves Duarte (em substituição de Carlos Filipe Gabriel de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

**8 Deputados Municipais do PSD-** Eleutério João Pedro Rocheta, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

**2 Deputadas Municipais do Partido CHEGA-** Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro e Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputado Municipal do CDS- Manuel António Feio Vareta (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);-----

1 Deputada Municipal da CDU- Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN- Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os Vereadores, Ana Machado, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Rui Cristina, João Paulo Sousa e Fernando Santos.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;

2-Período de Antes da Ordem do Dia;

- a) Discussão e aprovação da Ata da Eleição da Mesa da AM para o quadriénio 2021-2025;
- b) Leitura do pedido de informação do Bloco de Esquerda sobre o Processo n.º 257/20;
- c) Apresentação, debate e votação de moções:
  - Moção do Partido CHEGA “Cerimónia Oficial da data do 25 de novembro”;
  - Outras moções;
- d) Outros assuntos;

3-Período da Ordem do Dia:

- a) Proposta 80/2021- Deliberação relativa ao Auto de Efetivação de Transferência de competências no âmbito da Cultura para a Gestão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Valorização e Conservação do Imóvel Castelo de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 75-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

- b) **Proposta 81/2021- Deliberação** relativa ao **Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (INFRAMOURA, E.M)**, nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º1 do art.º25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1319-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- c) **Proposta 82/2021- Deliberação** relativa ao **Regulamento dos Serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas (INFRAMOURA, E.M)**; nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º1 do art.º25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1320-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- d) **Proposta 83/2021- Deliberação** relativa à **Retificação da Proposta n.º 756-2021- Aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática de Loulé**, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1213-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- e) **Proposta 84/2021- Deliberação** relativa à **Aprovação da Participação do Município de Loulé na Parceria CAPt2 – Circularidade da Água; Por Todos e Para Todos**, incluindo o desenvolvimento das tarefas e iniciativas associadas, e o respetivo **Orçamento Previsional Plurianual**; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1237-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);
- f) **Proposta 85/2021- Deliberação** relativa à **Delegação de Competências relativa à Assunção de Compromissos Plurianuais**; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1574-2021]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

- g) **Proposta 86/2021- Deliberação relativa à 4ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 4ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 3ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1585-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- h) **Proposta 87/2021- Deliberação relativa ao Procedimento de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé: Aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública – Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do PDM de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1625-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- i) **Proposta 88/2021- Deliberação relativa a Compromissos Plurianuais – Abertura de Procedimentos Contratuais; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1608-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**
- j) **Proposta 89/2021- Deliberação relativa à Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia, ou seu substituto (também este Presidente de Junta de Freguesia), ambos eleitos em Assembleia Municipal, tendo em vista a representação das Juntas de Freguesia do Município de Loulé na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos do n.º2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP;**
- k) **Proposta 90/2021- Deliberação relativa à Nomeação de um membro da Assembleia Municipal de cada Partido Político ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma para integrar o Conselho Municipal da Juventude, a fim de dar cumprimento à alínea b) do n.º1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal do Conselho Municipal da Juventude Loulé (Regulamento 408/2012, de 3 de Outubro) e nos termos do n.º2 do artigo 4.º “Cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, devem indicar um deputado preferencialmente com idade inferior a 35 anos”;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

l) **Proposta 91/2021- Deliberação** relativa à **Criação e Constituição da Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé** – constituída pelos **Representantes dos Grupos Municipais** ou por quem os **Grupos Municipais indicarem**, conforme previsto no artigo 9.º do Regimento (a Assembleia Municipal de Loulé propõe a criação de Comissão Eventual, com o objetivo de proceder à análise e propostas sobre a revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé).

m) **Proposta 92/2021- Deliberação** relativa à **Constituição da Comissão Especializada do Ordenamento do Território**, nos mesmos termos do mandato anterior, conforme previsto no artigo 9.º do Regimento (a Assembleia Municipal de Loulé propõe a criação de Comissão Eventual, com o objetivo de acompanhar, analisar e propor apreciações e deliberações sobre a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, no âmbito das competências desta Assembleia);-----

Foram iniciados os trabalhos-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

**1 – Intervenção do Público;**-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Joel Belchior Silva**, que cumprimentou quem está lá fora na rua com frio a apoiar a nossa causa que tem a ver com a construção de uma lixeira nos Matos da Picota. Eu estou aqui como morador da zona, moro na Estrada Matos da Picota, e tomei conhecimento que na Câmara Municipal de Loulé deu entrada em 2020 um projeto para o licenciamento de um edificado onde será instalada uma unidade de gestão de resíduos, mais propriamente uma lixeira tratando as coisas pelo nome próprio é uma lixeira. Enquanto morador naquela área envolvente estou preocupado. Estou preocupado por mim, estou preocupado pela minha família, estou preocupado pelos meus vizinhos, estou preocupado com as crianças da pré-primária e de uma escola primária que está a 400 metros daquele local onde pretendem colocar as instalações e estou preocupado porque isto vai afetar as nossas vidas, vai afetar a nossa saúde pela negativa. E não se admite, e é por isso que eu vim cá hoje, não se admite que um projeto desta dimensão não seja discutido com a população desde o início em que este projeto deu entrada na Câmara Municipal de Loulé. Não se admite que o Presidente numa Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal tenha conhecimento deste projeto por mim e pela minha esposa, a Joana Conceição que faz parte desta Assembleia. Eu não compreendo, não consigo perceber como é que os técnicos de uma Câmara Municipal não alertam o Presidente e a vereação para a existência de um projeto desta dimensão tendo em conta os problemas que isto vai causar a todos nós e ao próprio concelho em si, ao turismo, a tudo. Afeta-nos diretamente a nós, em primeiro lugar, mas isto depois afeta uma região em si. E, por outro lado, também é preciso ter presente que um projeto desta dimensão não é a mesma coisa que apresentar um projeto para A ou B construir uma casa, para A ou B construir uma oficina automóvel, coisas deste género. Não, isto é uma lixeira isto é uma coisa que tem que ser debatida. E eu não compreendo como é que temos um presidente que é sensível, e ainda bem que é, com as questões ambientais, que defende o Geoparque, por um lado, e depois por outro lado temos a possibilidade de discutir um projeto urbanístico para a construção de uma lixeira. Não se compreende, não consigo aceitar como é que se cria um projeto, por exemplo, Quarteira Ecolab, o laboratório vivo para a descarbonização da cidade, uma iniciativa da Câmara Municipal de Loulé que se insere na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, por um lado, e por outro temos este projeto em discussão. Para terminar, eu quero dizer que esta população já tem sido fustigada com pó, com detonações, com barulhos das máquinas, incluindo à noite, e agora ainda pode levar com maus odores, poluição do ar, poluição dos lençóis freáticos, ruído e aquilo que eu apelo à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente da Assembleia e a todos os deputados aqui presentes é que este projeto tem que ser chumbado, este projeto não pode ir para a frente. E para terminar a pergunta que eu coloco ao Senhor Presidente da Câmara é qual é a data prevista para chumbar este projeto porque nós não vamos aceitar outra coisa, a população está mobilizada e vai estar mobilizada e contra até à data em que o mesmo for chumbado.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Miguel Baguinho Coelho**, que disse que é habitual, nomeadamente, aos assuntos de Boliqueime intervir nesta Assembleia, possivelmente será a intervenção mais importante que eu tenho nesta casa nos últimos tempos, possivelmente a que terei mais importância aqui dentro. E refiro porquê? Temos uma mobilização cívica sem precedentes, Senhor Presidente, e para ter uma ideia em 72 horas recolhi mais de 1100 assinaturas no abaixo-assinado, abaixo-assinado este que na origem está a intenção da unidade de resíduos que se quer colocar na Estrada Matos da Picota. Senhor Presidente, pessoas que chegam até nós todos os dias que nos dizem “como é que é possível um processo destes estar a ser feito nas costas da população?” Pessoas que se sentem traídas por este Executivo numa questão de omissão, uma questão de falta de informação, uma questão de surpresa com esta situação que se deparou connosco. Senhor Presidente, uma população que votou, que votou nas últimas eleições sabendo que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

o Senhor Presidente defende a questão ambiental, sabendo que esta população tem sido a ser fustigada nos últimos anos com as pedreiras, sabendo que estamos nas proximidades a CIMPOR, como é que é possível se quer ponderar um processo destes para o licenciamento de uma unidade de gestão de resíduos? Senhor Presidente, o processo entra na Câmara Municipal em junho de 2020. Senhor Presidente, não temos zona industrial em Boliqueime, mas vamos ter lixo. Não temos saneamento básico em Boliqueime, mas vamos ter lixo. Matos da Picota não tem saneamento, não aceitamos, porventura, que isto possa eventualmente ser considerado uma moeda de troca. Queremos saneamento, sim, não queremos lixo. E atenção, Senhor Presidente, não venham imputar o lixo de cor-de-rosa, lixo é lixo, lixo é lixo. Não vamos considerar que é só cartão, o lixo não vem com perfume a rosas, Senhor Presidente. A população tem vindo a ser fustigada com estas situações e não é possível alegar falta de conhecimento. Era Presidente do Município à data de entrada do processo, continua a ser Presidente do Município neste novo mandato, é o responsável pelo pelouro do Urbanismo e não consigo perceber como é que vamos explicar à população que não temos conhecimento deste processo. É uma falta de honestidade. À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer ser honesta, ao Presidente do Município de Loulé não basta dizer que está com a população, tem que demonstrar que está com a população, e mostrar é chumbar este processo, Senhor Presidente. Medidas claras, diretas e objetivas, é aquilo que precisamos. Estamos na época natalícia, todos gostamos de tirar uma sessão fotográfica nesta época. Senhor Presidente, nesta sessão fotográfica ficou muito mal na chapa.-----

Foi dada a palavra à cidadã **Tânia Pires**, tenho 41 anos e resido nos Matos da Picota. Sou mãe de uma menina de 9 anos e de um menino de 4 anos e estou extremamente preocupada. Preocupação essa que se estende a tantas outras mães, pais e inúmeras famílias que residem na minha comunidade. Quando decidimos, e falo por todos, criar uma família desejamos sempre o melhor para os nossos filhos, conforto, segurança e bem-estar e, decerto, uma excelente qualidade de vida. O local onde vivemos diz muito daquilo que queremos para o nosso futuro e para o futuro dos nossos filhos. A qualidade de vida implica não ter poluição visual, atmosférica, hídrica e do solo. Implica também não aprovar projetos que causem danos à nossa saúde. Resíduos esses existem e sempre existirão, mas façam a gestão longe das populações, longe das habitações e não pactuamos que seja instalado algo desta envergadura a escassos metros de uma Escola Básica de 1.º Ciclo. Este é um local de aprendizagem de formação do adulto de amanhã, temos que proteger as nossas crianças e as pessoas dos odores, do ruído da presença de vetores, insetos, roedores e pequenos animais que provocam incómodo e que podem disseminar doenças e que são implicações diretas deste tipo de atividade como tantas outras consequências nefastas para o nosso concelho. Como o Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente disse e passo a citar “fui eleito para defender sempre as pessoas e o interesse público, e esses princípios manter-me-ei fiel.” Neste caso, as pessoas não querem esta unidade de gestão de resíduos na Estrada dos Matos da Picota e isto está bem patente pelas 1134 assinaturas que conseguimos recolher em apenas 3 dias, inclusive, deixo a liberdade de deixar um abaixo-assinado em branco para que todos aqui nesta Assembleia possam assinar e deixo bem frisado que este vai continuar a ser o nosso concelho. Por isso, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, a si pedimos-lhe para ser transparente, que nos proteja a nós e às crianças do nosso concelho porque estamos a construir hoje o futuro de amanhã e por todas as decisões tomadas vão ter impacto na nossa saúde e bem-estar de todos. Apelo a todos que deixem de lado os interesses políticos e económicos e que zelem pelos interesses das pessoas porque isso é que é correto. Terminando deixando estas questões: Senhor Presidente, nós as famílias do concelho de Loulé podemos contar consigo? Podemos contar com o seu esforço e empenho para convocar uma reunião com a população de modo a poder esclarecer o que realmente se passa? Podemos contar consigo para que um projeto destes não venha para o nosso concelho? E que medidas concretas é que o Senhor Presidente vai tomar para respeitar a vontade da população? Fico e ficamos todos à espera das suas respostas. Entrego à Mesa da Assembleia as 1134 assinaturas que conseguimos recolher em 3 dias.-----

Foi dada a palavra à cidadã **Ana Viegas**, para apresentar algumas considerações relativamente à alteração do PDM por adaptação ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e que recaem sobre a situação da existência de um corredor *non aedificandi* ou espaço-canal para a construção da via circular na Freguesia de Almancil e possibilitando assim a muitos particulares e investidores com terrenos localizados em solo urbano, nomeadamente, em aglomerados urbanos tipo A, edificarem seja o que for. Esta situação colide com as premissas da Lei dos Solos, isto é, a reabilitação e regeneração urbana visto que se por um lado se pretende que o núcleo urbano cresça e seja coeso, por outro, restringe-se a construção em área urbana com uma faixa *non aedificandi* de uma vida prevista há mais de 10 anos sem qualquer data de previsão de execução e cuja uma das suas serventias foi, entretanto, extinta com a revogação do Plano de Pormenor da área de localização empresarial de Almancil. Parece-me importante ter-se em consideração a possibilidade de alteração da localização da via para fora do aglomerado urbano ou a sua integração na rede municipal para que esse corredor *non aedificandi* seja reduzido. Existem processos com antecedentes de lavarás de construção aprovados, mas não executados, que agora face à análise com base numa imagem raster do espaço-canal sem qualquer tipo de rigor que retira a capacidade construtiva dentro do centro urbano e que visava, inclusivamente, a correção de erros urbanísticos. Agradeço, por isso, que seja tida em conta estes pontos nesta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fase da revisão do PDM de Loulé.

Foi dada a palavra ao cidadão **Nuno Jorge**, que disse que é residente no concelho de Loulé há mais de 20 anos. Há 15 anos que resido no Parragil e fiquei muito surpreendido quando tomei conhecimento deste Processo 257/20. Não esperei, não sei do que se trata e estou aqui hoje para perguntar ao Senhor Presidente exatamente que processo é este. É algum licenciamento para uma gestão de resíduos? É um licenciamento de apoio à estrutura que se encontra ali de apoio às pedreiras? Que tipo de licenciamento é que está submetido na Câmara de Loulé? Todos nós sabemos que há muitos processos que são submetidos para umas razões, para outras, e eu gostaria antes de haver mais boatos de perceber realmente do que é que se trata. Quero deixar nota que trabalho na área do turismo há muitos anos, sou de Lisboa, mudei-me para o Algarve, vim para aqui, vivo aqui. O concelho de Loulé é um concelho de excelência, é um concelho reconhecido a nível nacional e internacionalmente, reconhecido pelos seus campos de golfe, pelos seus hotéis, portanto, não se coaduna de modo algum com uma central de gestão de resíduos nesta área. Senhor Presidente, aquela zona é uma zona de entrada no concelho de Loulé, é uma zona que passa muita gente e que seria uma vergonha quer para a população, quer para presidentes, quer para as pessoas que visitam o concelho ter ali uma lixeira. A mim afeta-me porque moro ali, pretendo viver ali com a minha família por muitos mais anos e ter uma lixeira à porta da minha casa é uma coisa completamente inconcebível num concelho que se diz de excelência para o turismo.

Foi dada a palavra ao cidadão **José Neves**, que disse que quer aproveitar a oportunidade e é a primeira vez que tenho esta oportunidade para parabenizar os vencedores das últimas eleições autárquicas e cumprimentar reconhecendo o trabalho, empenho e determinação os vencidos. Começo por fazer uma alusão à Central Verdasca, o mundo do pó de cimento. Sobre este tema espero sinceramente que este mandato vos corra muito melhor enquanto executivo, pelas responsabilidades que têm e por tudo o que se passou no decurso dos últimos 4 anos. Hoje o meu foco é totalmente direcionado para o Aterro-Estação dos Matos da Picota. Meus senhores, isto é tão surreal que inclusive tenho dificuldade em abordar o tema até porque aí por diante terra infinita de dinâmica económica do nosso concelho. Que ninguém se esqueça, Loulé vive fundamentalmente do turismo. E turismo de excelência e lixo não liga. Lixo é lixo, não se esqueçam disso. Na recolha direta de assinaturas que fiz fiquei muito surpreendido. A maioria não sabia de nada. A revolta de todos foi grande. Todo este secretismo em torno deste projeto que é tão lesivo para as populações não se concebe, não se compreende, não se aceita que ninguém soubesse de nada. Toda a gente assinou, não tive uma única recusa. As comunidades estrangeiras estão a passar a palavra a uma velocidade meteórica.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quero vos dizer que a maioria dos estrangeiros que estão à porta, fui eu que os congreguei para aqui. Fui eu que lhes pedi para estarem aqui. Meus senhores, tive a necessidade de refrear ânimos pois vários estrangeiros queriam ir diretos para a *press* internacional, meus senhores, eu tive que dizer não, não façam isso pois vai pôr em causa a imagem do concelho de Loulé. O que eu vos quero dizer é isto, tenham noção dos vossos atos, porque se a comunidade estrangeira muito mais dinâmica que a nossa, e eu peço desculpa a todos os portugueses presentes, for para a *press* internacional, a imagem do concelho de Loulé é beliscada, afetada, quebrada. Um deles incitou-me a recolher assinaturas, recomendou fazer queixa à Procuradoria-Geral da República, mas propôs-me outra coisa, "meu caro amigo, tenho excelentes contactos no Tribunal Internacional, ajudarei no que puder e posso ajudar em muito." Mais uma vez, tive que o refrear. Peço atenção e empenho a todos vós políticos sentados nesta sala. Este hipotético aterro às portas de Loulé é um problema da comunidade. De fora ficam os clubismos, de fora ficam os credos, as cores políticas. Dirijo-me ao Executivo, vossas excelências acabaram de ser eleitos para representar, trabalhar e nomeadamente a resposta às necessidades da população do concelho de Loulé. Este é um momento muito exigente, meus caros senhores, se vossas excelências falharem jamais serão esquecidos. Que tenham isto presente. Ficarão gravados, jamais serão esquecidos. Deixo uma nota, apenas, e são muitos os portugueses na diáspora, deixo aqui uma nota sobre o que se passava com uma comunidade próxima de nós quando vinham da França e de outros países, "batam palmas, meus amigos estamos a chegar a casa, já cheira mal." Eu estou a referir-me a Olhão, hoje um destino de excelência, não queiram vossas excelências fazer de Loulé a cidade cheira mal do futuro. Não queiram. -----

Foi dada a palavra ao cidadão **Eurico Antunes**, que disse que é morador em Quarteira, é a primeira vez que venho à Assembleia Municipal de Loulé, continuo a ter atividade política, felizmente, enquanto me mantiver vivo e estou a apreciar muito o que se está a passar aqui nesta Assembleia. Tenho uma intervenção escrita sobre Quarteira que é muito curta e vou lê-la, em todo o caso, gostaria de lembrar a todos vós, membros da Assembleia, o compromisso que fizeram quando tomaram posse, considero que é mesmo para cumprir. Quarteira atual está votada a um abandono que só pode conduzir à morte de uma comunidade. Para motivar a participação dos cidadãos impõe-se criar condições de progresso, assim destaco o seguinte, construir parques de estacionamento automóvel subterrâneos; ordenar o trânsito por forma a privilegiar o peão em segurança; repor as 4 faixas de rodagem da Avenida livres do estacionamento que deverá estar disponível nas faixas laterais com condicionamentos a estudar; nestas faixas integrar as ciclovias com regulamento apropriado; alargar os passeios para trânsito pedonal; completar o calçada até ao Passeio das Dunas com a revisão do urbanismo local; repor a praia no seu nível histórico, alargando como consequência a sua extensão; dotar a praia de duchas de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

água doce com uso gratuito e controlo do consumo e horário apropriado, manter os lava pés de água do mar; rever o urbanismo do núcleo antigo com condições e segurança para os peões, dotando as ruas de passeios e em alguns casos adotar o trânsito pedonal exclusivo; exigir das autoridades policiais o controlo das leis nomeadamente as do trânsito, acabando com a anarquia reinante na época estival; exigir a fiscalização do aluguer sazonal e fazer o levantamento das habitações devolutas; finalmente proceder à implementação de habitação social e a custos controlados. Também sobre o interior, queria dizer-vos o seguinte, além de verificar, e já sabia disso, que a comunicação entre a Câmara e as freguesias é muito escassa, muitas freguesias se queixam de verem implementados nas suas freguesias obras e situações implementadas pela Câmara que não são notificadas à Freguesia, qualquer cidadão avisado poderá observar os fumos espalhados por todo o interior e, às vezes, na própria cidade. São a queima de resíduos da agricultura familiar, dos jardins e limpeza de terrenos florestais, a par da produção de CO<sub>2</sub>, inconveniente para o aquecimento global, despreza-se matéria orgânica. Com vista a obstar esta situação sugere-se a criação de centrais de compostagem instalada inseridas nas freguesias de acordo com a freguesia. O resultado desta compostagem seria vendido pelas Juntas de Freguesia com a receita a equilibrar as despesas desta atividade. Certamente que poderá ter o apoio da população local muito ligada à agricultura familiar.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Emanuel Freitas**, que disse que ele e a sua família escolheram viver no município de Loulé em 2001, eu estou ligado ao turismo há mais de 30 anos, quer nacional, quer internacional, sempre com grandes equipas, equipas de 600 a 800 pessoas e assim estou neste momento. Vivo no Parragil, os meus 3 filhos estudaram na Escola do Gilvrasino, tenho já 2 que estão na Universidade no Porto, mas é com muita preocupação que vejo aquilo que se está a desenvolver para acontecer nos Matos da Picota com um processo de licenciamento de uma estação de tratamento de resíduos. As minhas questões são objetivas e são duas e quero que estas respostas fiquem registadas nesta Assembleia para a memória de todos os cidadãos do município de Loulé. Primeira pergunta, Senhor Presidente, em que data específica tomou conhecimento do Processo 257/20 dado que já era Presidente da Câmara Municipal de Loulé à data de entrada do referido processo, inclusivamente, hoje, tem os Pelouros de Planeamento, de Administração de Território e Gestão Urbanística. A segunda pergunta, também muito objetiva, o que é que vai fazer, Senhor Presidente e o seu Executivo, para proteger as pessoas. Proteger as pessoas que votaram em si, no seu Executivo, nestas pessoas que representam, uma população, nestas pessoas que vivem neste concelho muito especial, que é muito especial, é reconhecido internacionalmente e que depositamos no Executivo, no Senhor Presidente, toda a gente que faz a gestão da Câmara Municipal para que continue a ser uma referência e que continue a atrair turistas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

com qualidade, pessoas a quererem viver as suas reformas connosco, com um potencial enorme e com um agregado económico muito grande para o município e para Portugal.-----

Foi dada a palavra ao cidadão **Jorge Gonçalves**, que disse que não conhecia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a maneira afável que demonstrou para eu poder participar, e que tem muita dinâmica e já vi que é um Presidente muito astuto. Bem-haja. O que me trouxe aqui é sobretudo o que querem fazer nos Matos da Picota, mas eu quero falar sobre esta situação muito concretamente. Ou seja, eu não sabia de nada, soube há poucos dias. O que é que aconteceu? Como nós nos juntamos, poucas pessoas, depois combinamos fazer uma reunião ontem num sítio que levava 20 ou 30 pessoas, daí não termos convidado o Senhor Presidente da Câmara, convidámos os Senhores Presidentes das Juntas que amavelmente foram e desde já agradeço, como agradeci lá. O que é que acontece? As pessoas foram muito mais do que aquelas que nós pensávamos, nunca imaginávamos tanta adesão de pessoas como está a acontecer, porque as pessoas sentem que alguma coisa pode estar muito errada nisto e as pessoas querem ser clarificadas, mas o que eu digo é as pessoas já deviam ter sido clarificadas, coisa que não aconteceu. E isso entristece-me. Neste assunto quero dizer o seguinte, eu gostaria de saber, pegando na pergunta que a outra pessoa disse que foi, se alguém sabia que se candidatou às eleições acontecer, digam e eu disse isso ontem porque na política não pode valer tudo, não pode. O Senhor Presidente diz, e muito bem, que está sempre com as pessoas, ou vai estar sempre com as pessoas, e eu acredito no Senhor Presidente, mas se é assim, eu também sei que isto não depende só dele, mas há uma parte significativa que depende da Câmara e essa parte não pode de maneira nenhuma avançar, de maneira nenhuma. Posto isto eu digo, nós temos que nos movimentar todos para fazer mais por isto, eu dou de barato que acho que já não vai acontecer isto, sinceramente, eu estou convencido que não vai acontecer, chamem-me o que quiserem, acho que isto vai água abaixo, mas tenham coragem, façamos uma reunião grande, não agora, mas se calhar daqui a um ano, mas façamos uma reunião para quê? Para tentar saber qual é o futuro para aquelas pedreiras, qual é o futuro para a CIMPOR, porque esta zona, como vocês estão a ver, há muita gente que gosta de viver no Parragil, não é só em Vilamoura, não é só em Vale de Lobo, não é só nesses sítios e já que se fala no interior, Parragil não é tão interior assim, mas dinamizem e nós temos sido sacrificados ao longo de 50 anos, que é a minha idade, eu nunca conheci outra coisa, é camiões por todo o lado, é isto, é aquilo, temos de viver bem de vez em quando, dêem-nos um bocado de qualidade de vida, peço só isto. Acho, sinceramente, que esta situação está ultrapassada, minha convicção, pensem no futuro, no meu futuro e no futuro dos que vêm atrás.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que esta é a primeira vez que esta Assembleia Municipal reúne e eu tenho o maior gosto em estar aqui numa primeira Assembleia tão participada com um assunto que suscitou uma grande movimentação das pessoas, é sinal de que, afinal de contas, quando existem problemas sérios as pessoas tomam a palavra, entram em cena e querem ser parte. E muito justamente, um país democrático é assim mesmo que deve fazer. A primeira coisa que quero dizer é que da parte do Executivo da Câmara Municipal de Loulé quero cumprimentar os Senhores Deputados, começa aqui o trabalho que vamos regularmente desenvolver ao longo dos próximos 4 anos. Disto isto começo por responder aquela que foi quase a única questão que me remeterei à posição de responder de uma forma mais formal porque a intervenção da cidadã Ana Viegas fez tem aspetos muito técnicos que eu poderei por escrito pronunciar-me. De qualquer maneira, não quero deixar de dizer que em revisão de PDM qualquer cidadão no momento de consulta pública é livre de exprimir a sua opinião, escrever e a opinião com certeza que será ponderada e verterá, ou não, no documento final a ser submetido aqui dentro de um ano, espero eu, na altura própria.-----

Em relação à questão do cidadão José Neves que, também, logo de início colocou em abreviado, mas um assunto que lhe é caro, eu queria dizer que ele não desenvolveu, eu também não irei aprofundar esse assunto, mas queria dizer-lhe que a Câmara Municipal de Loulé participou como crime de desobediência porque foi violado um despacho de embargo, que muito recentemente recebemos do Tribunal a notícia a confirmar este crime de desobediência por parte do Ministério Público e que, portanto, o processo se encontra a correr e que nós continuaremos aqui, como sempre e em relação a todas as questões, a colocar-nos dentro do que são as balizas da lei para analisar este e todos os processos.-----

Quero cumprimentar o engenheiro Eurico Antunes, é um gosto muito grande que tenho em vê-lo ainda cheio de vitalidade, disse coisas sobre Quarteira que estou inteiramente de acordo, nós não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo, o concelho é grande os recursos não são infinitos, mas eu acho que permita-me discordar com todo o respeito que tenho pelo senhor, que Quarteira não está abandonada, nem pouco mais ou menos, Quarteira, felizmente, nos últimos anos tem sido objeto de uma requalificação continuada no tempo e Quarteira hoje é bastante diferente daquilo que era há uns anos atrás. Portanto, tem progredido muito, falta-lhe muita coisa, falta-lhe com certeza, e se o Senhor tiver ainda vitalidade para isso, espero que tenha, quando fizermos os projetos, alguns dos quais aí falou, pode ser também ouvido nesse contexto. -----

Passo para a questão mais importante que está aqui nesta noite em discussão que é sobre a unidade de gestão de resíduos. Primeiro quero dizer-vos que estou totalmente contra a instalação daquela unidade ali. Eu com as pessoas com quem tive oportunidade de falar fui claríssimo e defini isso logo à partida. As pessoas têm toda a razão de quem vive ali. Aquilo é uma unidade com uma área enorme, eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estive lá, já visitei, as unidades que neste momento o processo que corre na Câmara é um processo que visa a reabilitação de edifícios degradados, para depois fazer funcionar ali esta unidade de gestão de resíduos. Esta é a parte que nos cabe à Câmara Municipal de Loulé neste processo. A outra parte caberá à CCDR que é quem tem a autoridade da AIA – Avaliação de Impacto Ambiental – e tem outras responsabilidades, também, neste dossier. A nós compete-nos, apenas, pronunciarmos sobre o processo de reabilitação daquilo que lá está edificado. Quero dizer-vos que já fiz saber com quem já conversei pessoalmente, depois de saber deste processo, que sou totalmente contra e acho que as pessoas têm razão e eu vou bater-me até ao fim com todas as minhas forças, e julgo que tenho um peso grande neste dossier, e vou opor-me pois acho que as pessoas têm razão, ninguém quer ter uma coisa com aquela dimensão gigantesca, ninguém quer sequer admitir que ali possam ter a concentração de tudo aquilo que são lixos, lixos orgânicos, indiferenciados, não sabemos o que é, indiferenciados pode ser tudo, espero que não sejam resíduos hospitalares porque são resíduos perigosos, é pior ainda, mas não é por isso, eu acho que a posição que eu defendo convictamente é logo contra, não me interessa sequer se há lá resíduos hospitalares ou não, se for isso ainda é mais grave, mas eu sou absolutamente contra, independentemente de haver nesta designação de resíduos indiferenciados ali qualquer coisa escondida. Não sei se há se não, mas a verdade é que no processo em nenhuma situação fala em resíduos hospitalares. Mas depois também tem equipamentos eletrónicos e elétricos, poliestireno expandido, papel e cartão triturados, enfim, tem uma área muito significativa de 4,5 hectares, é uma coisa com uma capacidade enorme e para mim é inconcebível alguém pretender ali instalar numa área destas tão importante, tão estrategicamente colocada para a atividade turística do concelho, com uma vista panorâmica fabulosa, sobre um território turístico de enorme qualidade, como aqui foi dito, portanto, não vão com certeza contar com o consentimento e o acordo, muito menos o acordo da Câmara Municipal de Loulé, para licenciar uma coisa dessas. Que fique isso muito claro porque eu já tive a oportunidade de dizer isto. E eu agradeço todas aquelas manifestações de oposição a este projeto, aquelas pessoas que estão ali fora, que foram muito educadas, e eu dou os parabéns pois em democracia é assim mesmo, quando há problemas as pessoas falam de uma forma civilizada e falam com verdade, não falam com demagogia pois há sempre a tentativa, e isso está bem presente neste debate, de conduzir a discussão para a parte demagógica. Não vale a pena, somos pessoas civilizadas, podemos falar olhos nos olhos com verdade uns com os outros. Para que não haja nenhuma dúvida, da parte do Presidente da Câmara não terão nunca a minha concordância com o licenciamento daquela atividade que se pretende ali. -----

Agora vou responder a outra coisa que está aqui também latente que houve a tentativa de esconder, não houve nenhuma tentativa de esconder seja o que for, pois os senhores sabem que uma das maiores críticas que foi dirigida à Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal de Loulé é que os processos levavam anos na Câmara e é verdade. Nós atravessamos nos últimos anos um período muito crítico por razões que não interessam aqui aprofundar, muitos arquitetos deixaram de trabalhar na Câmara Municipal de Loulé, ou entraram em baixa, ou entraram e foram-se embora para outros lados, tivemos um período extremamente difícil, muito crítico e, portanto, nós levamos, como alguém disse, processos com anos a tramitar lá dentro. E, portanto, isso aconteceu com este processo, eu desconhecia este processo até há cerca de 3 semanas, julgo mais ou menos, quando o cidadão Joel Belchior falou com a sua companheira que me trouxeram isto, fui averiguar e é verdade estava lá aquele processo. Eu como não tinha aquele pelouro, como todos os outros, eu nunca sei que o projeto lá estava, fiquei a saber a partir desse momento. E depois fui ver esse processo, fiz a história e acho que tudo aquilo que se passou é normal, que se pode explicar que não houve nenhuma tentativa de esconder absolutamente coisa nenhuma. E pagamos uma fatura por os processos levarem tanto tempo a serem analisados na Câmara. E aquele processo levou 2 a 3 recusas porque não estavam em condições, faltaram elementos e, entretanto, aparece-me este casal que me traz esta notícia. A partir daí, claro, fiquei a saber de tudo o que lá se tratava e imediatamente tratei de tratar as minhas diligências e dizer que não contem com a concordância da Câmara Municipal de Loulé. Foi isso que fiz. Disponibilizamos o acesso, através de um link eletrónico, a todos os deputados municipais, a toda a gente que quis pôde consultar o processo, não temos aqui nada a esconder. Temos que ter aqui todos um sentido de unidade muito grande porque nunca se deve esquecer também que a lei vincula a todos, nós temos uma parte de responsabilidade neste processo e do ponto de vista da legalidade aquele que requer o licenciamento para um equipamento desta natureza também tem os seus direitos porque a lei é para todos, mas eu julgo que nós temos que justificar perante as outras entidades que têm o poder de autorizar o licenciamento desta atividade nós temos que dizer que não, temos que dizer que a população está contra, que temos um abaixo-assinado que em pouco tempo, como aqui foi dito, em poucas horas recolheu mais de 1000 assinaturas. Portanto, tudo isto são forças que nos dão para defender os nossos pontos de vista. É um erro para a atividade económica de excelência de turismo na nossa região, pretender localizar um equipamento com aquela natureza. Os senhores contam comigo para levar esta luta até ao fim. Nós vamos pronunciar-nos até porque hoje a Avaliação de Impacto Ambiental é CCDR, e hoje recebemos uma carta a pedir parecer à Câmara Municipal de Loulé e posso já dizer que o nosso parecer vai ser negativo. Recebemos hoje uma carta da autoridade da AIA da CCDR. Em que data tomei conhecimento, já disse, em que circunstâncias e em que data, foi há cerca de 3 meses. O que irei fazer para proteger as pessoas? Proteger as pessoas. É a minha resposta. Espero ter sido claro.

---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### 2-Período de Antes da Ordem do Dia;

- a) Discussão e aprovação da Ata da Eleição da Mesa da AM para o quadriénio 2021-2025;-----

Ata N.º 1 de 13 de outubro de 2021 e anexo referente à instalação da mesa da Assembleia;-----

Passou-se à votação;-----

Aprovada por unanimidade;-----

- b) Leitura do pedido de informação do Bloco de Esquerda sobre o Processo n.º 257/20;-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi apresentado um requerimento Bloco de Esquerda relativamente à central de transferência de resíduos hospitalares no qual o Bloco de Esquerda pedia um conjunto de informações à Câmara Municipal de Loulé, informações essas que foram respondidas pela Câmara Municipal de Loulé.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que salientou a rapidez da resposta e a disponibilidade de consulta dos documentos que instroem o processo, o que revela uma abertura para um bom relacionamento institucional entre estes dois órgãos. Os organismos públicos, neste caso a Câmara Municipal de Loulé, deve primar a sua atividade assente na transparência, pelo esclarecimento público às populações interessadas contribuindo assim para o envolvimento dos cidadãos em torno de uma democracia participativa. Por vezes os nossos governantes não cumprem e praticam exatamente o contrário daquilo que apregoam. Ouvidas as explicações dadas aos cidadãos pelo Senhor Presidente ficamos convictos que este processo jamais será aprovado. Como sabemos, estranhámos, desculpe senhor Presidente ter que transmitir, mas admitimos que o Senhor Presidente não sabia deste pedido de licenciamento. No entanto, estranhámos o facto, pois tratando-se de uma pessoa entusiasta e empenhada na defesa do ambiente estamos certos que jamais aprovará a instalação da ETR no seu concelho pelos impactos negativos ao nível do ambiente, da atividade comercial e turística, prejudicial para a saúde e a qualidade de vida das pessoas e para a imagem do município como principal defensor do combate às alterações climáticas. No entanto, perguntamos como é que foi possível o senhor Presidente da Câmara não ter sido avisado da entrada desta pretensão. Admitimos que os serviços camarários falharam em toda a cadeia hierárquica, desde o Chefe de Divisão do Urbanismo, passando pelo Departamento e acabando no Diretor Municipal que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

cumpriram a sua função de fidelidade para com os decisores políticos, criando-se uma situação indesejável, embaraçosa e difícil de explicar aos cidadãos. É inadmissível que dê entrada em junho de 2020 um processo de reabilitação de edifícios com vista à construção de uma Central de Tratamento de Resíduos numa instalação que apoiavam a principal atividade económica daquela área que era a pedreira que está desativada há mais de 11 anos e realmente ninguém ter curiosidade de informar o senhor Presidente desta situação. Da leitura da documentação está lá frisado que um dos requerimentos é dirigido diretamente ao senhor Presidente da Câmara e como tal julgo que o senhor Presidente teve pelo menos conhecimento desse requerimento.-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou da existência de um pedido de informação do Partido Social Democrata relativamente a este mesmo Processo 257/20, no qual o Partido Social Democrata pedia à Câmara Municipal ter acesso a todo o processo que existia na Câmara Municipal de Loulé. Esta pretensão foi satisfeita pela Câmara Municipal, foi enviado a todos os deputados. -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

### **c) Apresentação, debate e votação de moções:**

- **Moção do Partido CHEGA “Cerimónia Oficial da data do 25 de novembro”;**
- **Outras moções;**

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi apresentada uma **moção do partido CHEGA sobre a realização de uma cerimónia oficial sobre a data de 25 de novembro**.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que disse: em 25 de novembro de 1975 o Regimento de Comandos da Amadora apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de Abril de 1974. Os valores de Abril sofreram ao longo de 1 ano um duro golpe pela força, determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da Amadora e pelos seus apoiantes não vingou. E felizmente para o nosso país não poderia sequer ter vingado. Passados 46 anos, a data de 25 de novembro continua a ser ocultada na História de Portugal, facto esse que o CHEGA repudia. Dever celebrar a História não só quando está associada ao partido A ou B. História é História e não pode ser apagada. Nós assim como outras forças políticas entendemos que o 25 de novembro é a reposição dos valores originais de Abril. Nesse sentido, nós, o partido CHEGA vem propor a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

realização de uma cerimónia oficial da data de 25 de novembro com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a de 25 de abril.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que face à moção do partido CHEGA, que a Revolução dos Cravos nos deu a liberdade e que todos independentemente da nossa origem, raça, credo ou condição económica sejam detentores dos mesmos direitos e que permite, também, uma sociedade mais solidária que permitiu criar ferramentas para combater a pobreza, o analfabetismo, o trabalho infantil, a mortalidade infantil, e cujo facto pôs fim a 13 anos de Guerra Colonial, uma guerra que mobilizou cerca de 1 milhão de homens, matou cerca de 8000 e feriu cerca de 120.000 e um número interminável de vítimas de stress pós-traumático. Na verdade, podemos ver logo os grandes avanços na construção da República Portuguesa em 1976 e os princípios basilares da nossa democracia desde o princípio da igualdade, criando a ideia de uma igualdade universal entre cidadãos perante a lei, da liberdade de consciência e de associação, direito de reunião e manifestação, da liberdade sindical, do direito à proteção social, no desemprego e na doença, a educação para todos, cumprindo, enfim, o Estado de direito. Tudo isto foram avanços pequenos possíveis daquela madrugada de 25 de Abril de 1974. Sendo hoje Portugal um país com um estado social, garante e suporte dos cidadãos e promotor de uma sociedade cada vez mais equitativa. Escamotear visões distintas, tensões e conflitos, a bancada do PS acha que a moção apresentada pelo CHEGA procura instrumentalizar de forma descontextualizada um momento de um processo histórico que o povo português e os seus governantes tiveram a vontade e a capacidade de conduzir o que pôs Portugal o que é, uma democracia madura. No fundo, o 25 de Novembro repôs nos carris o processo democrático, não processo revolucionário, o processo democrático. As conquistas de Abril e sobre o pretexto de uma tentativa de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia querer equiparar um momento de um processo que integra e que justifica uma falácia da história. Como refere o General Ramalho Eanes as datas fraturantes, neste caso o 25 de Novembro, mas houve também o 11 de Março, não se comemoram, comemoram-se as datas que são convergentes e agregadoras. Posto isto, o grupo municipal do Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta moção.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que relativamente à moção proposta do Partido CHEGA, destaca um momento da história contemporânea nacional como momento aceite pelos portugueses enquanto um acontecimento-chave no que seria o fim da instabilidade e radicalização decretada pelo PREC – Processo Revolucionário em Curso – e a celebração desta efeméride encontra algumas resistências que brotam de orientações ideológicas e político-governativas de esquerda que passados 46 anos continuam a perpetuar um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estado de negação histórico-institucional face aos anos que levaram à concretização do 25 de Novembro de 1975 apoiado pelas forças da direita moderada que queriam um processo institucional em curso e uma verdadeira alternativa em prol de um Portugal democrático e representativo. Esta posição decorre também de uma apropriação do 25 de abril de 1974 por parte da esquerda portuguesa, exaltando de forma natural um momento histórico e basilar da nossa liberdade, tal como fez o nosso município em 2014 pelo advento das comemorações dos 50 anos do 25 de abril, no entanto, sabemos que anteriormente nesta Assembleia existiram esforços do nosso parceiro de coligação CDS-PP em que fosse aprovado uma celebração do 25 de novembro. Logo este tema não se trata de um tema novo. Em suma, o 25 de abril estabelece as liberdades fundamentais que não estavam ao alcance dos portugueses devido à ditadura isolacionista, colonialista e belicista do Estado Novo, mas o 25 de novembro permitiu pôr termo à instabilidade política e social que se vivia e orientou Portugal no caminho da democracia representativa. No propósito da moção do Partido CHEGA de facto procura um fim e não um início. Mas o PSD acredita que podemos ir mais além e propomos que esta Assembleia também se desfaça de quaisquer equívocos históricos que possam existir e que nos levam à obscuridade e que possamos elaborar uma proposta conjunta de um grupo de trabalho que incida próximo das escolas do concelho uma ótica de elucidar as gerações mais novas para um momento da nossa história contemporânea e quem sabe, como diz na moção, da realização de uma sessão solene que lembre o 25 de Novembro e reponha a verdade histórica porque termino com as palavras de Alexandre Herculano quando diz que “uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito, cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será.” Sejamoss esse futuro. Perante esta declaração, a bancada do Partido Social Democrata votará a favor da moção.

---

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que sem o 25 de abril, o 25 de novembro nunca teria existido. Este ano o CHEGA, partido de extrema-direita quer salientar uma data para transformar em cerimónias oficiais com a dignidade de celebração como o de 25 de abril de 1974. Sem dúvida que se trata de um exagero, como muitos outros exageros que se cometeram em nome da liberdade. Esta mesma liberdade que foi reconquistada com muito sofrimento e luta é a mesma que agora é usada para denegrir aquilo que são os valores do 25 abril e todos aqueles que tiveram a coragem de derrubar o regime fascista. Nada impede em democracia que se festejem datas, neste caso o 25 de novembro de 1975. E cada um à sua maneira, mas como diz Ramalho Eanes “não se deve comemorar datas que dividem”. Se entendermos com alguma atenção o valor do conteúdo desta frase estamos certamente de acordo que existe uma cerimónia ao nível do 25 de abril é revelador da intenção de dividir a sociedade portuguesa e com alguns laivos de salazarismo bafiento. É preciso nunca esquecer que sem o 25 de abril de 1974



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

jamais teria existido um 25 de novembro e graças a isso os seus apoiantes promotores dessa moção podem gozar esta data em liberdade. Cometeram-se erros e excessos, é verdade, pelo menos como conta a História, mas neste caso em concreto a História que nos contam tem 2 faces e há muitas outras histórias por contar. Refere-se uma parte que foi envolvida e a parte que foi esquecida e silenciada. Como tal, o Bloco de Esquerda jamais poderá votar esta moção.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que o 25 de abril é o momento mais luminoso do nosso país e que ficou pasmado desde a Constituição que foi o momento que pôs termo a 48 anos de uma ditadura fascista. O 25 de novembro foi o início de um golpe que não levou aos dias de hoje, à situação de hoje, ou seja, contra uma sociedade mais socialista e assim sendo não poderíamos votar a favor desta moção do CHEGA porque o 25 de novembro sim pode ser assinalado, mas nunca com os contornos, nem com a importância que tem o 25 de abril, que é o momento mais importante da nossa história para estarmos aqui em liberdade.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que pediu a defesa da honra e que avisou todos os deputados que nós não vamos admitir que apregoem o CHEGA de extrema-direita. Como vocês sabem, devem saber, segundo a Constituição não existem partidos de extrema-direita. Além disso, o termo extrema-direita remete-nos obviamente para fascismo, nazismo, coisas que não identificam minimamente com o partido. CHEGA, e é bom que todos percebam de uma vez por todas que nós não somos um partido de extrema-direita. Nós somos um partido liberal e conservador. Por isso, agradeço que estamos aqui na casa da democracia, não estamos aqui para ninguém insultar ninguém que não se repita este termo a relacionar o CHEGA com extrema-direita porque todas as vezes que o fizerem eu vou pedir defesa da honra.-----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** apelou aos deputados que respeitem o pedido da bancada, de facto não precisamos de designações ideológicas nos nossos trabalhos uma vez que nos devemos centrar sobre os questões de interesse municipal e não estas questões periféricas de tipologia política.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Manuel Vareta (CDS)**, que disse que o CDS-PP vota favoravelmente a moção apresentada pelo CHEGA porque como no edil do nosso pedido o 25 de novembro tem uma relevância histórica pois acabou com o poder dos que queriam uma ditadura de esquerda em Portugal e permitiu que se cumprisse a irrenegociável promessa do 25 de abril.-----



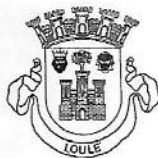
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à votação;-----

**Moção rejeitada** com 24 votos contra (21 do PS, 1 do BE, 1 da CDU e 1 do PAN) e 11 votos a favor (8 do PSD, 2 do CHEGA e 1 do CDS). O PS apresentou declaração de voto (anexo à Ata).-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi apresentado um **Voto de Saudação do Bloco de Esquerda, sobre “Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres - 25 de novembro”**.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)** para a apresentação da moção. Voto de saudação ao Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres e em Portugal tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Ano após ano a violência contra as mulheres continua a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual da Segurança Interna mais recente apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica como situação homóloga continua a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27.000 queixas de violência doméstica, sendo que o total das vítimas de violência doméstica a maioria são as mulheres e as raparigas, cerca de 75%, enquanto que a maioria dos denunciados são homens 81,4%. A estes registos ficam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. Um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública, 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica, 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão. A marca de género na violência sobressai também nos crimes de liberdade e autodeterminação sexual, conforme demonstra um estudo da raça de 2021. Ao nível dos crimes de violação 29% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores quase 93% dos arguidos são homens e suas vítimas correspondem a 77% de raparigas e 23% de rapazes. Crê-se que as mulheres mais pobres, as lésbicas e as bissexuais, trans, pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são o alvo de múltiplas violências, sendo de referir a situação particularmente gritante das mulheres trans. A nível mundial foram registados 357 casos de trans assassinadas no ano de 2019, 98% dos casos do género feminino, 50% emigrantes. Em Portugal o Observatório das Minorias Assassinadas registou em 2020, 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres em outros contextos, e recorda que cada uma delas com comoção, apresentando as nossas condolências às famílias enlutadas. A Assembleia Municipal de Loulé reunida a 3 de dezembro de 2021 saúda as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

iniciativas do dia de 25 de novembro, nomeadamente a Marcha Pelo Fim da Violência contra as mulheres e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais e serviços sociais do Estado e das autarquias que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.-----

Passou-se à votação;-----

Voto de saudação aprovado por unanimidade; -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi apresentado um **Voto de Saudação do Partido Socialista, sobre “Dia Internacional pela eliminação da violência contra as mulheres”**.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Núria Machado (PS)**, em 1999 a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas através da resolução 52.134 instituiu o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, com o propósito de alertar para este grave problema que atinge as mulheres tanto dentro de casa, como fora dela. Mas de que falamos quando falamos de violência contra as mulheres? Segundo a Organização Mundial de Saúde a violência contra a mulher é todo o ato de violência baseado no género que tem como resultado dano físico, sexual e psicológico incluindo ameaças, coerção e privação unitária da liberdade, seja na vida pública, seja na vida privada. A violência contra as mulheres, a pandemia silenciosa, segundo a ONU, não se esgota no âmbito doméstico, mas em diversas formas, múltiplos rostos manifestantes em qualquer lugar. A violência contra as mulheres é um problema de cada um de nós, das famílias, da educação, da saúde, das forças de segurança do poder judicial, do governo, do parlamento, das autarquias, das empresas, em suma, um problema de todos. A violência contra as mulheres é uma questão de desigualdade, da economia, da segurança e desenvolvimento, resulta da discriminação de género, da ausência de cultura de cidadania global participativa e do desrespeito pelos direitos humanos. Segundo a ONU, 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo experienciam violência sexual ou física ao longo da sua vida. Na União Europeia apenas 52% das mulheres casadas ou em união de facto tomam livremente as suas próprias decisões sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde. Em Portugal, o reforço do combate integrado de violência doméstica tem sido uma realidade com um número de estruturas de apoio a aumentar significativamente de uma em 1999 para cerca de 200 em 2021. A criminalização do fenómeno, os planos municipais para a igualdade ou a territorialização da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica são apenas alguns dos instrumentos políticas públicas nesta matéria. Ainda assim e para melhor se perceber a dimensão do problema olhemos para os números que existem para nos interpelar e nos colocam para a ação permanente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma vez que em 2020 segundo a Comissão para a Igualdade de Género foram participadas à PSP e à GNR 27609 ocorrências de violência, com 32 mortes sendo elas 27 mulheres, 3 homens e 2 crianças e no 1.º trimestre de 2021 foram participadas 6600 ocorrências com 6 mortes, delas 5 mulheres e 1 homem. Perante a evidência destes dados resta-nos combater firme e sistematicamente essa que ainda é uma pandemia, a violência contra as mulheres. Esse combate é um imperativo ético e civilizacional, um combate pelos direitos humanos, pelo desenvolvimento humano e como refere Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres “a violência contra as mulheres e meninas é uma violação dos direitos humanos que se perpetua há décadas, é universal, mas não é inevitável, a menos que permanecemos em silêncio. A Assembleia Municipal de Loulé aqui reunida em plenário presta assim a sua homenagem a todas as mulheres.

---

Foi dada a palavra à senhora deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que disse que esta linha de prevenção de combate à violência doméstica e de género, considerando que, o bem gerido e protegido num crime de violência doméstica automatizado do crime de maus-tratos ao abrigo do artigo 52A do Código Penal continua a ser plural, complexo, abrangendo a integridade corporal, saúde física, e psíquica e a dignidade da pessoa humana. Ora quem de modo reiterado ou não inflige maus-tratos físicos ou psíquicos no contexto de relação conjugal ou análoga e essa relação com as restantes circunstâncias previstas no artigo 152 do Código Penal incorre no crime de violência doméstica. O concelho de Loulé em algumas zonas funciona uma população dispersa por vários aglomerados, com baixa densidade populacional, impedindo assim a convivência entre ajuda e vigilância ativa entre os munícipes. Esse maior isolamento reforçado com as restritas medidas de isolamento social impostas em 2020 para conter a difusão do vírus COVID-19 tem sido uma mistura explosiva com um nível assustador de casos de maus-tratos de violência doméstica e de género. Em 2020 entre janeiro e novembro, segundo os dados do Observatório de Mulheres assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Resposta foram assassinadas 30 mulheres, 6 delas em relações de intimidade. A nível nacional as participações de crimes de violência doméstica cresceram entre julho e setembro de 2020 com 8228 ocorrências participadas à PSP e à GNR mais 1,12% do que as 8137 no período homólogo de 2019, mais de 6928 registadas no 2.º trimestre de 2020. As vítimas de maus-tratos físicos, psicológicos são maioritariamente do sexo feminino que assim se encontram mais do nunca vulneráveis aos ataques dos seus agressores com o agravamento das condições económicas e sociais que a pandemia tem provocado. Com estes sinais de alerta que se começam igualmente a sentir no seio do nosso município mais do que nunca torna-se imprescindível adotar medidas para proteger estas vítimas dos seus agressores, fomentar a denúncia destes casos. O galopante número de vítimas de violência doméstica, incluindo os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

idosos, obriga-nos a concluir que o trabalho realizado neste âmbito pelas entidades públicas está aquém das necessidades reais. O grupo municipal do PSD considera indispensável e urgente que a Câmara Municipal de Loulé dê como prioridade a prevenção e combate à violência de género e doméstica que antes nos nossos casos surgem no seio do nosso município. Assim pelos argumentos agora expostos, o grupo municipal do PSD solicita que o Executivo crie uma estratégia e respetivo plano de prevenção e combate à violência doméstica e de género para o município auscultando as diversas entidades da primeira linha e que ajude e outras que partilhem do mesmo objetivo. Que seja criado um Gabinete de Apoio à Vítima, inclusive, para crianças e jovens, sendo os serviços prestados em cooperação com entidades especializadas e recorrendo a fundos nacionais para este efeito. Que promova e/ou desenvolva regularmente campanhas ou programas de sensibilização e cooperação com as instituições de direitos humanos nas organizações de sociedade civil e organizações não-governamentais para aumentar a consciencialização para a problemática da violência doméstica. Que promova e desenvolva campanhas de combate à violência no namoro direcionadas aos mais jovens, sim, porque a violência doméstica não começa só na vida adulta. Que potencie a formação dos funcionários do Município sobre este tipo de crime, assunto de especial importância na violência doméstica em virtude do nosso ensino obrigatório para os funcionários públicos nos termos do artigo 242 n.º 1, alínea b), do Código do Processo Penal. Elabore e remeta aos membros desta Assembleia Municipal um relatório anual de execução das iniciativas promovidas e realizadas no âmbito da prevenção de combate à violência doméstica e de género. O grupo municipal do PSD.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Maria Esteves (PS)**, que disse que em relação à violência doméstica nunca é demais falarmos todos porque de facto nesta matéria quanto mais se mete a colher entre marido e mulher, mais hipóteses temos de eliminar esta pandemia silenciosa. O Partido Socialista não pode deixar de concordar com o que aqui foi dito sobre esta matéria, porém, importa aqui dizer o que fomos vendo ao longo dos anos. O município de Loulé tem um caminho feito nesta matéria, que é uma matéria que deve a todos preocupar e que não se esgota no facto da aplicação da legislação, mas carece do aprofundamento do conhecimento das causas dos modos de combate integrado. No âmbito da estratégia da territorialização do combate à violência doméstica, o município de Loulé integra junto com os concelhos de Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António entre outras entidades como a CPCJ nos concelhos Algarve 16, as autoridades policiais, o Ministério Público, o Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, cuja entidade promotora é a Associação APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – com sede no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concelho de Loulé, junto da GNR. Esta territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica promove as condições necessárias na proteção das vítimas de violência doméstica e dentro desta violência de género. O município de Loulé tem um instrumento de planeamento de políticas públicas para a igualdade a nível local, tem definidas as estratégias de transformação das assimetrias de género e ações específicas, nas quais se incluem as ações de sensibilização e ações de formação específica no âmbito desta violência, portanto, seja de género, seja doméstica, atividades dirigidas ao largo espectro de outros tipos de violência como por exemplo algumas orientadas para jovens, já que aqui se fala na violência no namoro e uma delas não terá muito tempo e que foi a apresentação no Cine-Teatro, de debates dirigidos a jovens especificamente do 12.º ano. Considera-se, que em certo sentido, nunca, como tal, estão criadas as condições e os instrumentos de políticas públicas no âmbito das competências municipais nesta matéria e que as 7 propostas que aqui foram identificadas pelo PSD elas estão concretizadas ou em curso no âmbito destes instrumentos públicos de combate à violência doméstica. A bancada do Partido Socialista concorda, mas relembra que o trabalho está a ser feito e o município de Loulé é mais uma vez nesta matéria, basta ler os documento, algo pioneiro neste combate que nunca está completo, é um combate de todos os dias e premente.

---

Foi dada a palavra à senhora deputada **Ana Simões (PAN)**, que disse que o 25 de abril tem o propósito de alertar as mulheres especialmente para o exercício dos seus direitos e para a importância da não se banalizar da violência seja doméstica, em forma de prostituição, tráfico de seres, violência no namoro, assédio no local de trabalho e outras formas de exploração. As raízes de várias formas de violência são crescentes das desigualdades sociais a par da cultura do individualismo, situação que atinge particularmente as mulheres dentro e fora de suas casas. A violência doméstica é apenas uma das facetas mais visíveis da violência contra as mulheres e que melhor condenação acolhe por parte da opinião pública. No entanto, existem outras formas de violência que estão a ser silenciadas e muitas vezes toleradas, as desigualdades no trabalho, a violência nas redes sociais que a mulher tem que ser um objeto, uma mercadoria e uma mulher-troféu. Temos muita luta pela frente, muita menina e muita mulher para salvar.

---

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, para saudar os votos quer do Bloco de Esquerda, quer do Partido Socialista. Realmente a violência contra as mulheres em pleno século XIX continuam de forma grave, são violências físicas, emocionais, familiares, laborais, há uma discriminação aberta relativamente às mulheres. Há um caminho muito grande pela frente, há um trabalho grande que todos temos que estar envolvidos como sociedade, e aproveitando que estamos em ambiente escolar, estamos aqui reunidos na Escola Secundária de Loulé, e temos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aqui presentes as Associações de Pais e membros da escola e da comunidade escolar, é extremamente importante criar sessões de esclarecimento porque cada vez mais vemos violência entre jovens, namorados jovens e na própria escola através de *bullying*, e é importante com a autarquia, com as escolas, nós como sociedade começarmos a fazer um trabalho mais árduo neste travão contra a violência das mulheres porque é um caminho duro, as mulheres são sempre consideradas como um elo mais fraco, mas não o são e é preciso esclarecer as próprias mulheres e dar-lhes força e apoio para que se continue um caminho de eliminação da violência doméstica. Nós sabemos que os meios mais complicados socioeconómicos, as famílias com dificuldades económicas maiores têm tendência que esta violência seja mais propícia que aconteça, no entanto, sendo a escola um instrumento de educação e de caminho para o futuro acho que tem que se envolver mais para o esclarecimento jovem e autarquia através de criação de gabinete apoio, mostrar-se disponível para apoiar as mulheres que são vítimas de violência e que saibam que podem contar com alguém porque infelizmente há muitas situações em que as mulheres permanecem caladas pois não sentem o apoio nem das forças de segurança, nem da autarquia, nem da sociedade. E nós independentemente do meio social que temos que acabar com estes receios.-----

-----  
**Passou-se à votação;**-----

-----  
**Voto de saudação aprovado por unanimidade.**-----

-----  
O senhor **Presidente da Assembleia** informou da moção de atualidade e urgência que entrou no início desta Assembleia que foi enviada aos líderes parlamentares através do grupo WhatsApp e que foi enviado aos senhores vereadores, também, através da mesma forma. Moção de atualidade e urgência pela suspensão do PDM, zona da Estrada Nacional 270, Matos-Picota, freguesia de São Sebastião para a salvaguarda do interesse da população.-----

-----  
**Passou-se à votação da admissão da moção;**-----

-----  
Admissão da moção aceite **Moção conjunta dos Presidentes de Junta de Freguesia de São Sebastião e de Boliqueime – Pela inviabilização de um Centro de Triagem de Resíduos.**-----

-----  
Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião (Analídio Ponte)**, que disse que estão contra a Estação do Centro de Tratamento de Lixo, tivemos reuniões com o Senhor Presidente da Câmara, fizemos fichas e agora temos esta moção conjunta pela inviabilidade de um Centro de Águas Residuais. Os executivos das Juntas de Freguesia de São Sebastião e Boliqueime têm sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

questionados sobre um requerimento que deu entrada na Câmara Municipal de Loulé a requerer a remodelação das zonas sitas nas antigas instalações do Manuel Joaquim Pinto. Como empresa produtora tem a atividade principal a gestão de resíduos julga-se que o objetivo deste processo de licenciamento junto da Câmara Municipal de Loulé tem por pretensão da instalação de um Centro de Tratamento / Transferência de Resíduos. Tal projeto tem levado os moradores da zona envolvente, e não só, a temer pelo seu bem-estar, saúde e qualidade de vida caso seja aprovado. A localização desta empresa situa-se na Freguesia de São Sebastião na zona limítrofe com a Freguesia de Boliqueime, o que leva a que sobretudo os habitantes das zonas vizinhas dos Matos-Picota, Parragil, Alfoneses e do Gilvrasino onde existe uma escola EB1 e Jardim de Infância em todos os locais estejam apreensivos e muitos preocupados perante tal hipótese. Sugerimos à Câmara Municipal de Loulé que deverá propor às entidades licenciadoras deste tipo de atividade do requerente que inclua a autorização para uma central de resíduos / lixo de qualquer natureza. Não podemos esquecer o perigo sempre iminente de contaminação dos aquíferos e da qualidade do ar. Para além disso trata-se de uma zona a preservar por se encontrar dentro das fronteiras do futuro Geoparque Algarvienses. Resumindo, a Câmara Municipal de Loulé terá de ter um papel proativo e continuar leal a estas entidades informando-as das supostas pretensões do requerente para aquele local, de modo a limitar o máximo do que possa ali pode ser feito. Perante o pressuposto da zona de tal impacto ambiental bastante elevado naquela zona, não podendo esquecer que as populações e residentes têm sofrido bastante com a existência de pedreiras, fábricas de cimento e betão que corresponde a um fluxo de camiões que para além de diminuir a qualidade do ar têm contribuído para a degradação sistemática das suas habitações. Assim, colocamo-nos ao lado do Executivo camarário no sentido de impedir através de todas as formas legais do possível centro de tratamento / transferência de resíduos venha a ser localizada naquela área, a bem do ambiente e da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Diante do acima exposto vimos em nome dos executivos das Juntas de Freguesia supra e na defesa dos moradores e dos seus legítimos interesses manifestar o nosso total desacordo pela utilização daquele espaço para a gestão de resíduos, incluindo uma possível unidade de triagem de RSUs – Resíduos Sólidos Urbanos. Assinam os Presidentes das Juntas de Freguesia de São Sebastião, Analídio Ponte e Boliqueime, Nelson Brazão.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime (Nelson Brazão)**, que parabenizou o movimento popular que mostrou que o povo ainda se interessa pelo bem público e quando é necessário faz-se ouvir. A minha intervenção surge com o intuito de vincar e reforçar a posição das Juntas de que estamos mesmo contra a vinda desta indústria para o nosso concelho e estaremos ao lado do Executivo da Câmara em colaborar para que a mesma não se consiga



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estabelecer no nosso concelho. Loulé já contribuiu para a sua cota na sua questão do lixo, como aqui disse um dia o senhor deputado Joaquim Vairinhos aqui nesta Assembleia. Aterro da Cortelha, Estação de Triagem de Boliqueime ainda que na Freguesia vizinha de Ferreiras também está a ALGAR. Basta de lixo no nosso concelho, as nossas populações merecem paz, neste caso particular, as populações de Parragil, Alfontes, entre outras ali à volta que já muito foram penalizadas pelas pedreiras e todas as consequências que daí advém. Só uma pequena nota. Na reunião entre as Juntas e a Câmara Municipal para que nos fosse esclarecida toda esta situação a ideia do abaixo-assinado foi sugerida pelo nosso Presidente da Câmara, que em boa hora aceitou e a colocou em prática, até agora com enorme sucesso. Esperamos que todos os deputados se juntem a nós nesta batalha e só assim conseguiremos os nossos intentos.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que o problema do centro de aterro de resíduos onde está, quanto a nós, é muito para além dos limites destas freguesias, é um problema do Município, é um problema da nossa imagem como Município que está na vanguarda do combate às alterações climáticas e reconhecido por outros municípios. Caso o promotor consiga implementar esta ETR – Estação de Tratamento de Resíduos – seria uma grande derrota para o nosso Município a nível nacional. Seria uma nódoa negra para o nosso Presidente, arrastaria para todo o país, para onde fosse, caso isto fosse aprovado. Nós estamos perfeitamente solidários com a Junta de Freguesia, com a moção aqui apresentada, com as populações que se manifestaram, que mostraram que ao fim ao cabo a democracia participativa está ativa e que os cidadãos, embora por vezes se pense que estão adormecidos, quando necessário acordam, manifestam-se e indignam-se perante as decisões do poder. Estou convencido que só unidos conseguimos alcançar este objetivo que é impedir que a Central de Resíduos não vá avante.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que esta moção apresentada pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de São Sebastião e Boliqueime refletem, no fundo, o que é o pensamento do Partido Socialista de Loulé. Foi dito aqui que no que toca a resíduos e a aterros, basta. O compromisso do senhor Presidente da Câmara, os detalhes do que é este processo, o movimento dos cidadãos legítimo na defesa dos seus interesses. Nós não podemos de deixar de apoiar e dar força ao teor desta moção, às diligências que as entidades iam fazendo, nomeadamente, a Câmara Municipal para que o processo não tenha o efeito que foi licenciado.-----

Foi dada a palavra à senhora deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que esta bancada rejeita o licenciamento daquele espaço ou de qualquer outro espaço no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

concelho para o tratamento de resíduos e que se torne aterro sanitário à semelhança do que já acontece em Cortelha e que já aconteceu em Almancil, junto ao Estádio do Algarve. Colocamo-nos ao lado da população para em conjunto lutarmos para que esta situação não se repita. Na análise aos documentos que nos foram enviados recentemente, a Câmara Municipal e o Senhor Presidente não estão isentos de culpas, pois a zona para onde foi apresentada a proposta de recuperação do edifício industrial que em termos de PDM como sendo para a população de areias e materiais relativos com essa atividade. Com base neste facto, é compreensível a indignação da população que suspeita da colaboração e incumprimento desta Câmara acerca da atividade desta lixeira que se pretende, supostamente, levar a cabo. Assim sendo, aguardamos mais esclarecimentos e propomos então ao Executivo camarário que efetue um debate público onde esclareça a população acerca de todo este processo que tantas dúvidas e receios tem afetado a população como se pode ver hoje pela intervenção do público acerca da mesma matéria e com a manifestação lá fora de cidadãos preocupados e sem saber o que é que se passa efetivamente relativamente aquele espaço.-----

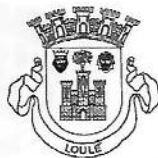
Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que relativamente a esta moção, o grupo municipal do PSD não vê nenhum problema na sua aprovação e de facto manifesta mais uma preocupação, nomeadamente, pelos executivos destas Juntas de Freguesia que são os principais afetados pela instalação desta unidade, se vier a acontecer. Por isso, a nossa concordância.-----

**Passou-se à votação;**-----

**A moção foi aprovada por unanimidade.**-----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que foi apresentada uma **Moção de Atualidade e Urgência do PSD - Pela suspensão do PDM na zona da Estrada Nacional 270, Matos da Picota, Freguesia de São Sebastião pela salvaguarda do interesse da população.**-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**: Moção de atualidade e urgência, suspensão do PDM na zona da Estrada Nacional 270, Matos da Picota, Freguesia de São Sebastião pela salvaguarda do interesse da população. Considerando que a 6 de julho de 2020 foi solicitado por parte da requerente Blue Waters Circular SA licenciamento de alteração de uma unidade industrial sita na Estrada Nacional 270 de Matos da Picota, Freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, no âmbito do Processo 257/2020 a correr termo na Câmara Municipal de Loulé; b) a alteração sobre a dita tem a pretensão de manter o espaço em questão para uso industrial reconvertendo a indústria existente como pedreira num centro de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tratamento de resíduos. Este espaço é formado por um conjunto de prédios rústicos e urbanos que totalizam uma área de 44 mil metros quadrados; c) os resíduos a serem tratados são os seguintes: resíduos orgânicos, resíduos indiferenciados, equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de poliestirenos expandido, resíduos de papel / cartão triturado, enfardados; d), considerando que o referido na memória descritiva e justificativa na folha 5, ponto 2.2, o seguinte: proximidade de habitações indesejável atendendo ao potencial de geração de odores e ruídos naturais de qualquer atividade económica e de gestão de resíduos em particular; e) esta unidade industrial dista cerca de 8 quilómetros da cidade de Loulé, a 15 quilómetros da cidade de Quarteira, 5 quilómetros da aldeia de Boliqueime e a 2 quilómetros da Via do Infante, a 400 metros da Escola Secundária do Parragil e a 100 metros de habitações familiares; f) pelo atrás exposto não se encontram salvaguardadas as melhores condições de vida para a população que circunda o local de implantação desta unidade, nem são clarificadas repercussões que a mesma terá na saúde da população; g) adicionalmente, não está igualmente clarificado o impacto que esta unidade industrial poderá provocar na qualidade do ar, o que é de extrema preocupação face à proximidade de unidades turísticas de excelência mundial. Pelo atrás exposto, vem o grupo municipal do PSD propor que a Assembleia Municipal de Loulé no exercício das suas competências delibere determinar que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé proceda à suspensão provisória do PDM no sentido de impedir que sejam cometidos atos que possam prejudicar gravemente o Município de Loulé, a qualidade de vida dos seus munícipes, que sejam contrários aos princípios de sua defesa. Não sendo um mecanismo que deva ser usado de forma corrente pelo Executivo, esta bancada entende que as razões atrás expostas são suficientemente graves para justificar o seu uso. Importa referir que o Executivo já suspendeu o PDM em outras situações, nomeadamente, nos terrenos que ainda hoje são usados no Mercado da Fruta e o Parque de Campismo, ambos localizados em Quarteira. Pelo grupo municipal do PSD de Loulé. Fazendo umas considerações desta temática, de facto a nossa bancada fica surpresa como é que um processo dá entrada em julho de 2020, simplesmente só há cerca de 3 meses atrás, pelo que disse o Senhor Presidente, é que teve conhecimento desta matéria. Realmente desperta-nos aqui um sentimento de que como é que é possível uma unidade com cerca de 4 hectares, como é que esta unidade seria um centro de tratamento destes resíduos de triagem e com todos aqueles que seriam os malefícios para a população, como é que isto não CHEGA às mãos do Executivo. Realmente é algo que nos deixa a todos surpresos, ficamos abismados com isto, é como diz aquele provérbio “passar um camelo pelo fundo de uma agulha”, quer dizer, como é que isto é possível, uma coisa desta dimensão não ter sido identificada numa fase tão embrionária e não tenha sido levada a uma Assembleia Municipal ou até mesmo a um grupo de cidadãos para o seu esclarecimento. Senhor Presidente, terá que entender que esta matéria é uma matéria de grande preocupação para as pessoas,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

é uma matéria que está a gerar grande comoção, realmente ouvir os testemunhos destes munícipes que vieram aqui hoje à Assembleia Municipal é difícil não achar extremamente cruel e revoltante e ao mesmo tempo inqualificável pois a comoção face à problemática destas populações. O grupo municipal do PSD está solidário com todos os munícipes que se encontram neste momento aflitos, desamparados relativamente a esta questão pois como já foi dito aqui antes, inclusive, por alguém do público, se não me engano foi o cidadão Belchior, que durante anos estas populações sofreram das agruras da indústria que ali se desenvolvia, pelas rebentações constantes, tudo aquilo que trazia consigo e agora quando pensavam que finalmente teriam um pouco de paz surge efetivamente este gigante que tem o potencial, desculpe-me a expressão, de queimar uma área superior ao que efetivamente corresponde às duas freguesias de São Sebastião e Boliqueime. Por isso, Senhor Presidente, entenda que a bancada do Partido Social Democrata não está aqui no sentido de fazer um aligeiramento ou uma politiquice relativamente a esta matéria, estamos profundamente preocupados porque efetivamente é a tal situação, nós estamos com as pessoas, Senhor Presidente, vamos estar com as pessoas, mas algo desta dimensão inqualificável que só tenha chegado há cerca de 3 meses ao seu conhecimento. E isto têm que ser apuradas as responsabilidades e esta nossa moção, uma vez que já o Senhor Presidente em outras situações, nós até inclusive consideramos que não eram assim tão graves à semelhança desta que suspendeu o PDM, pois então seria o momento oportuno para o fazer e tranquilizar estas pessoas e que permita que tenham uma noite tranquila pois realmente as pessoas estão desamparadas.-----

O senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, alertou para a própria legalidade da moção que diz respeito a eventualmente estar a fazer uso de competências que a Assembleia não terá. Ao dizer para a Assembleia deliberar que se determine ao Presidente da Câmara que proceda à suspensão, eu não sei se isto é possível pois eu penso que não temos competência para determinar ao Presidente da Câmara. Sugiro que altere este texto para que ele possa ser discutido sem ter uma ilegalidade.-----

Pedi para intervir o senhor deputado **Carlos Costa (PS)**, não foi telepatia, mas eu sinto que o termo certo é recomendar. As medidas que foram propostas e recomendadas são, como muito bem disse, o Município já utilizou no sentido de salvaguardar interesses comuns do nosso concelho e da sua dinâmica. Queria dizer também que as pedreiras são licenciadas a várias entidades, algumas delas em termos de economia e associadas a minas, e as pedreiras quando cessam a exploração têm uma palavra para serem atualizadas. Isto também é uma forma de atenuar, quem explorou, também tem de reutilizar, dando cumprimento o que está previsto na lei. É um detalhe que este tipo de estruturas tem também de sofrer, gerar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

impacto e problemas das pessoas. Não podemos também deixar de concordar com a recomendação das medidas preventivas do PDM naquela área.-----

Pediu para intervir a senhora deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que felicitou todas as pessoas que estão lá fora a lutar pelo melhor do nosso concelho que isto de facto é um belíssimo exercício de democracia. Sobre esta questão da unidade de gestão de resíduos nos Matos da Picota e depois de ter ouvido as intervenções do Senhor Presidente e, portanto, faço aqui o elo de ligação que também é importante escolher o que é falado aqui ao vivo, parece-me, de facto, que esta história tem muitas pontas soltas. Ontem numa reunião organizada por um grupo de cidadãos preocupados alguém referiu que a ideia da questão do abaixo-assinado tinha sido levantada pela pessoa que, pelos vistos, se apercebeu deste projeto, que foi o cidadão Abel Belchior. E hoje o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime dizia que afinal esta ideia foi do Presidente da Câmara. Não percebo esta necessidade. O Senhor Presidente num ato de manipulação usa algo grave no funcionamento deste Executivo, notem, que é a demora na resposta dos processos de licenciamento aos processos urbanísticos a seu favor, ou seja, o Senhor Presidente não teve conhecimento porque os serviços são maus, os arquitetos ficam doentes, vão-se embora. Mais, o alegado desconhecimento do Senhor Presidente, que não aceitamos, em momento algum, o desresponsabiliza. Aspeto curioso, os processos são lentos, mas o Senhor Presidente referiu aqui, que tivemos acesso a toda a informação do processo, que este processo teve vários elementos a serem solicitados. Ou seja, este processo entrou no dia 6 de julho e em 30 de julho este processo foi analisado porque foram solicitados novos elementos e, portanto, este processo esteve tudo menos parado nos serviços da Câmara. O argumento em que assume a lentidão dos processos urbanísticos não se aplica extraordinariamente neste caso. Portanto, a história está de facto muito mal contada e não me convence. E depois a fragilidade deste Executivo é mais uma vez a nu que é algo que já temos vindo a falar que é uma desorganização interna gritante, inexplicável, eu diria até incompetência e, portanto, organizem-se, cumpram as funções para as quais foram eleitos, dignifiquem os louletanos votando contra este projeto, impedindo este projeto. E posso garantir-vos que nós cá estaremos para garantir que as palavras que aqui foram ditas vão ser cumpridas. Outro ponto, o *timing* em que de facto este projeto escondido sai das masmorras. É que foi após as eleições, isto é, coincidência ou premeditação? Referiu o senhor Presidente que à Câmara Municipal apenas compete neste caso em específico pronunciar-se sobre o processo de reabilitação daquilo que lá está edificado. Aquilo que nós questionamos é em que estado é que está essa pronúncia. Outra coisa que também não compreendi porque também foi dito muito ao de leve, é que a CCDR pediu um parecer à Câmara Municipal. Mas o que é que foi o conteúdo desse pedido de parecer? Eles querem que a Câmara se pronuncie sobre o quê especificamente? Queremos saber. Uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

opacidade num processo desta dimensão. Reparem que se não fosse a população a procurar respostas eu questiono-me se este assunto algum dia iria sair do esconderijo onde esteve desde julho de 2020 e a receber solicitações, novos elementos para este processo porque ele só esteve escondido à população, não esteve escondido no seio da Câmara. Esta opacidade é vergonhosa e isto não é uma forma de agir num sistema democrático por todos os motivos que já foram aqui referidos pela população, pelos Presidentes de Junta de Freguesia de Boliqueime e São Sebastião e, naturalmente, que temos de estar de acordo com essas moções. Esperamos que esta moção seja aprovada e que se impeça esta unidade de gestão de resíduos, porque como foi dito, e até assumo que poderá haver aqui alguma ilegalidade no sentido em que esta não é a melhor forma porque estamos a falar da suspensão do PDM e se calhar este não é o melhor método, aquilo que a esta bancada do PSD está a tentar fazer é utilizar os meios que forem necessários para impedir e se for necessário uma suspensão do PDM para impedir o avanço desse projeto então assim seja.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que não sabe se é possível de ter vogais em tempo de conseguirmos que realmente aprovarmos medidas preventivas que possa inviabilizar o seguimento do processo. As noções que ficamos das explicações técnico-jurídicas dadas na resposta ao nosso requerimento ficamos cientes de que algo está decidido, embora tenham passado 18 meses, e que a Câmara Municipal tem condições legais e vontade política para inviabilizar o pedido, e agora recebeu o apoio dos moradores e recebeu o apoio de todos os partidos que fazem parte da Assembleia Municipal que subscreveram a moção dos Presidentes de Junta. Eu, tal como aqui já havia dito, estranhámos o senhor Presidente da Câmara não tenha sido avisado da entrada desta pretensão e merecia realmente fosse apurado onde falhou esta cadeia hierárquica porque 18 meses é muito tempo e se realmente não fosse um popular que tivesse despertado esta atenção dificilmente quer os partidos, quer os moradores, teriam acesso a este tipo de informação. Portanto, ainda vamos a tempo, julgo eu, neste momento, segundo a resposta, o processo está em fase de análise e a análise que temos dos documentos que recebemos só temos informação até dia 8 de novembro de 2021, em que há a entrada da junção de documentos que foram solicitados ao longo de vários ofícios assinadas pela senhora Vereadora Heloísa Miranda, outros pedidos pela Senhora Diretora Dália Paulo, outros pedidos pelo Diretor do Urbanismo, portanto, tudo isto tem nome e tem pessoas que exercem cargos e que devem lealdade política ao Presidente da Câmara, como qualquer funcionário público. Uma das medidas que eu queria perguntar se seria possível recorrer à aplicação de medidas preventivas no âmbito do PDM para suspender que naquela área se construa este tipo de atividade porque, como disse muito bem o Deputado Carlos Costa, as pedreiras depois de cessarem a sua atividade têm a obrigação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

naturalizar, esta área está abandonada há mais de 11 anos e a intenção deste senhor é fazer ceder desses buracos gigantescos das pedreiras enchê-los de resíduos. Portanto, apesar do pedido ser só, de acordo com o projeto, do outro lado esquerdo da estrada, do lado das habitações, o objetivo deste promotor é aproveitar o buraco enorme da pedreira meter resíduos e como tal mais uma razão para o Senhor Presidente da Câmara junto do departamento jurídico ver da viabilidade de impedir de qualquer forma. Seria bom e em concreto sabermos o que é que a CCDDR, que é quem tem que dar o parecer, pediu o parecer à Câmara. Também parece importante que o senhor Presidente da Câmara abrir-se um pouco mais perante esta Assembleia.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que perante esta parte, a sumula da nossa moção, perante a questão legal da moção, nós aceitamos no sentido de recomendar.-----

**Passou-se à votação;**-----

**A moção foi aprovada por unanimidade.**-----

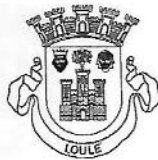
Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, para aprofundar este debate, pois este debate precisa de ser aprofundado. Em primeiro lugar quero começar por dizer que é muito bem-vinda a moção do PSD no sentido de recomendar à Câmara Municipal, porque é isso que a Assembleia Municipal pode fazer, a aplicação de medidas suspensivas para suspender o PDM ali para aquela área. Vamos ver, pois vamos entrar num ano em que os serviços do Planeamento da Câmara Municipal de Loulé estão absolutamente focados em trabalhar na revisão do PDM, processo que não podemos falhar, como é que vamos poder gerir estas duas situações. Acho que é uma medida positiva e que à partida merece a nossa aceitação, só não posso neste momento ser absolutamente categórico sem primeiro ouvir os técnicos do Planeamento da Câmara Municipal de Loulé. Eu compreendo que o PSD gostasse de ver a Câmara aqui numa posição de defender a instalação desta unidade de triagem de resíduos ali naquela zona, mas não sou. Eu sei que isso era bom para o combate político, que aliás não é sério, porque o que nos deve mover aqui não é a lógica da luta partidária num assunto tão sério e de interesse público. O que nos deve mover aqui a todos, eu disse isso na primeira intervenção, é defender os interesses das pessoas cuja qualidade de vida está ameaçada com um projeto desta natureza. Senhora Deputada, ponha de parte a demagogia política porque ela aqui não é absolutamente em nada adequada para este debate. Vamos ter um debate sério, acabaram de fazer uma boa proposta, vamos ponderá-la e vamos trabalhar juntos para defender as pessoas. Eu vou esclarecer tudo porque estou aqui exatamente para isso, não estou aqui para outra coisa. Portanto faço o pedido que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

recentremos este debate e que o façamos numa base de verdade e ponhamos de parte, por agora, aquilo que nos separa que é de facto somos partidos políticos diferentes, com divergências em imensas coisas, mas vivemos numa democracia, somos ambos partidos constituintes da democracia portuguesa e há muitas coisas, às vezes parece que não, mas há muitas coisas em que nós estamos de acordo, PS e PSD. É nestas coisas, sobretudo quando estão em causa coisas tão importantes como a qualidade de vida dos cidadãos que nós devemos nos focar e trabalhar juntos pondo de parte essa lógica de luta partidária absolutamente sem interesse para os nossos cidadãos que estão todos aqui nesta casa representamos. Os senhores e nós. -----

Para que não haja dúvidas nenhuma, quero mais uma vez explicar e quero responder às questões do Deputado Carlos Martins à questão que ele diz "como é que é possível o Presidente da Câmara Municipal não ter sido informado uma vez que os requerimentos vêm dirigidos ao Presidente da Câmara". Requerimentos dirigidos ao Presidente da Câmara entram todos os dias dezenas, às vezes centenas, todos eles vêm dirigidos ao Presidente da Câmara, mas são poucos aqueles que de facto me chegam efetivamente a mim diretamente, são muito poucos e isso é uma coisa fácil de compreender. Por isso é que a Câmara Municipal tem muitas divisões, tem departamentos, tem técnicos, que têm a autonomia e a responsabilidade de responder à esmagadora maioria dos requerimentos que diariamente são dirigidos à Câmara Municipal de Loulé. Senhor Deputado, espero que compreenda esta minha resposta. Vou dizer qual é o roteiro deste processo. Este processo entrou em julho do ano de 2020. Em julho este processo foi enviado para consulta externa à EDP e à APA e logo na altura os interessados, a empresa requerente Blue Water, foram notificados que o processo estava incorretamente instruído. Em setembro os interessados responderam e juntaram elementos. Em 7 de outubro a senhora Vereadora rejeitou por despacho a resposta que foi dada. Os interessados voltaram a responder em 27 de outubro, mas voltaram a responder mal. Em 3 de dezembro de 2020 voltaram a juntar elementos. Em janeiro de 2021 vai internamente à consulta da divisão de Ambiente. Em março obtém uma resposta. E agora vou vos dizer porque é que eu nunca soube disto. Havia uma senhora Vereadora que tinha o Pelouro, e muito bem, e numa base de confiança geria os seus dossiers, a maior parte dos assuntos que ocorrem no Urbanismo, que são milhares, o Presidente da Câmara não sabe porque não tinha esse pelouro diretamente. E aquilo que a senhora Vereadora fez foi apreciar em determinada altura e também recusou, reprovou este processo por falta de elementos instrutórios que estavam incorretamente no processo. Em agosto há um parecer desfavorável do agora Chefe de Divisão, um técnico municipal agora com outras funções, que é o Chefe de Divisão Adão. E em setembro de 2021, os interessados são notificados desse parecer desfavorável e continua esta guerra. Entretanto eu soube. A partir daí eu fiquei a saber, eu tenho a sensibilidade do Presidente da Câmara, é a minha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sensibilidade, e esse assunto passou para a esfera do meu conhecimento. Aliás, entretanto, no resultado das eleições eu fiquei com essa responsabilidade. Esta área da gestão urbanística e do planeamento é a partir das últimas eleições um pelouro meu, do qual eu sou responsável. Apesar de tudo, este processo e vários processos têm demorado na Câmara, este também demorou, há uns que demoram mais, há outros que demoram menos, isso é como tudo, agora este processo nem sequer ainda foi verdadeiramente analisado nos serviços porque o processo nunca chegou a ser corretamente instruído, não foi sequer submetido à análise técnica porque ele nunca chegou a ter uma instrução correta do ponto de vista de todos aqueles elementos que devem constituir a instrução de um projeto. Não há aqui nada a esconder, nada, rigorosamente nada. A Câmara Municipal neste processo, eu diria até que andou entre julho de 2020 até agora, o projeto nunca teve sequer uma aprovação favorável. Para a instrução deste processo, para ele poder ser analisado, ele precisa ainda de uma outra peça, que é uma avaliação de impacto ambiental. E o interessado provavelmente apercebendo-se que essa era uma peça que faltava deve ter pedido essa avaliação de impacto ambiental à CCDR e é nesse âmbito que hoje recebemos uma carta para nos pronunciarmos. Eu só recebi esta notícia, nem sequer li a carta. Este processo está a correr porque o requerente tem este direito. Senhor Deputado Carlos Martins, aquilo não é para a pedreira que está em frente, quem vem de Loulé para Boliqueime, é do lado direito daquele buraco, não é para aí, é para as instalações como aqui alguém disse há bocado da Manuel Joaquim Pinto. Mais um sinal de grande preocupação e mais um motivo de nós não permitirmos isso porque eu não julgo sequer concebível que ali naquele lugar, por tudo aquilo que já foi dito esta noite e por mais razões ainda nós já pagamos ao Algarve, à região, uma pesadíssima fatura das populações serranas de um aterro sanitário que tem sido muito mal gerido. Nós temos que compreender também uma coisa, é que os lixos são produzidos e têm que ser tratados, ninguém fica com o lixo às suas portas, nós vivemos num país, felizmente, civilizado, não vivemos nesse mundo onde o lixo é produzido por cada um e é lançado para a porta da rua ou pela janela. Não. Os lixos têm que ser tratados. E o nosso país fez um grande progresso em relação nesse sentido e o concelho de Loulé deu o seu contributo muito importante aceitando a localização do aterro sanitário do Sotavento Algarvio no Barranco Velho, perto da Cortelha, já chega, chega-nos isso. E esse aterro tem até sido muito mal gerido e temos aqui discutido esse assunto várias vezes. Nós não queremos mais lixo no nosso concelho, ainda por cima com aquela dimensão, com um operador que tem um *know-how* que tem capacidade de investimento muito grande por aquilo que sabemos. Aquelas populações foram vítimas durante anos de rebentamentos, de tremores de pequenos sismos, de movimentos de camiões, de pó, de todas essas coisas, chega. Não podemos permitir isso. Eu espero que fique claro que a Câmara Municipal de Loulé se vai pronunciar em sede de resposta ao requerimento hoje recebido por parte da CCDR que estamos em desacordo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

reprovamos este processo. Volto a repetir para que não haja dúvidas que nós não iremos admitir a localização deste equipamento ali. Mas já agora quero dizer também aqui uma coisa para que saibam. Estamos todos aqui hoje muito indignados com isso, mas eu queria dizer-vos que ao abrigo do RERAE – Regime Extraordinário para a Regularização das Atividades Económicas – e nós no concelho de Loulé regularizamos uma série de empresas cuja localização não estava regular, não estava de acordo com a lei, ao abrigo de um regime extraordinário criado pelo Governo nós legalizamos uma série de equipamentos e este foi um deles, aprovado por unanimidade aqui nesta Assembleia. Portanto, Senhores Deputados, tenhamos consciência disto, que em 30 de setembro de 2016 por unanimidade nesta Assembleia nós declaramos o interesse público desta atividade naquela que é na Estação Ferroviária de Boliqueime e até a sua extensão. Aprovamos, muitos senhores que estão aqui, aprovaram isso. É preciso que se lembrem disto. Agora aprovamos e aprovamos bem, era ali naquele local. Agora quando se pretende mudar dali para uma coisa que até absolutamente gigantesca, bom aí nós preocupamo-nos porque aquilo deixa de ser uma coisa de pequena escala para ser uma coisa de escala regional, então aí é outra conversa. Eu acho muito bem que esta Assembleia Municipal em bloco, de uma forma unânime, se oponha a este projeto e é muito bem-vinda a proposta do PSD que vamos considerá-la, a suspensão do PDM. Os considerandos não os considero porque acho que são debate político que não é adequado para não adjetivar de outra maneira porque acho que estamos num momento de contribuirmos, unirmos, encontrarmos aqui uma palavra e uma posição única para que isto tudo corra bem até ao fim.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que assistimos agora efetivamente a esclarecimentos mais profundos sobre o assunto, mas também dizer-lhe, Senhor Presidente, que o PSD não quis que o Senhor Presidente estivesse contra a nossa moção, nós não estamos aqui para ser demagogos, mas sim também para defender as pessoas que é aquilo que nos move, esse é o nosso objetivo, Senhor Presidente, agora nós, daquilo que depender desta bancada e do seu papel político, efetivamente, nós iremos estar sempre do lado das pessoas e das questões das pessoas, isto é para ficar ponto assente.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, fazendo um pedido ao Presidente da Mesa da Assembleia e respetiva Assembleia, dizendo que gostariam que passassem para primeiros pontos da discussão, porque a agenda de trabalho é extensa, e há aqui pontos que são absolutamente necessários serem hoje apreciados pela Assembleia Municipal, sendo os pontos f), g) e i), estando todos interligados.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se ao ponto seguinte;-----

d) Outros assuntos;-----

**Deliberação relativa à eleição dos seis membros da Assembleia Municipal, para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve AMAL.**-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Costa (PS)**, para apresentar a **Lista A**: Carlos Jorge Silva Gomes, Maria Esteves Frei Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Elisabeta Ecaterina Necker, Pedro Morais Lobo Dias Leão, Fernando Pereira Marques, João Pedro Medeiros de Brita, Núria Inês Rey Machado e Carlos Manuel Pontes Costa.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **João Carlos Santos (PSD)**, para apresentar a **Lista B**: João Carlos Dias dos Santos, Cláudia Isabel Martins Mendes, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, João José Paixão Carvalho Ferreira, António José Mendes Pinto Farrajota.-----

**Passou-se à votação;**-----

**13 votos na Lista A; 9 votos na lista B e 3 votos em branco.** Com base na votação obtida, foi efetuada a distribuição pelo método Hondt, distribuição, **4 primeiros da lista do Partido Socialista e os 2 primeiros da lista B do Partido Social Democrata: Carlos Silva Gomes (PS), João Carlos Santos (PSD), Maria Esteves Lourenço (PS), Cláudia Mendes (PSD), Abel Matinhos (PS) e Elisabeta Necker (PS).**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**3- Período da Ordem do Dia;**-----

**a)- Proposta 80/2021- Deliberação relativa ao Auto de Efetivação de transferência de competências no âmbito da cultura para a gestão, conservação e valorização do imóvel Castelo de Loulé [proposta municipal 75-2021];**-----

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que disse que irão receber uma competência que na verdade já há muitos anos é exercida pelo Município, de facto e efetivamente, que é cuidar do castelo como principal monumento militar do nosso concelho. Vamos formalizar uma coisa que é há muitos anos é feita pela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Câmara Municipal.-----

Passou-se à votação;-----

Aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**b)- Proposta 81/2021- Deliberação relativa ao Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (Inframoura, E.M.) nos termos e para os efeitos da alínea g) do número 1 artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual [proposta municipal 1319-2021].-----**

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador David Pimentel**, que apresentou as propostas 81 e 82 dado que se referem à empresa Inframoura. O primeiro é o regulamento dos serviços de água e saneamento de águas residuais urbanas e o outro regulamento é sobre os serviços de gestão de resíduos urbanos e higiene pública. Estas propostas de regulamento já foram deliberadas em reunião de Câmara, no dia 17 de março, foram aprovadas por unanimidade, vieram à Assembleia Municipal no dia 3 de maio e também foi aprovado por unanimidade, depois passa pela publicação no aviso do Diário da República para consulta pública durante 30 dias úteis, é nesta fase que os munícipes podem intervir e suscitar alterações. Para além disso como há uma entidade reguladora nos serviços de águas e resíduos também é necessário solicitar um parecer que está subjacente aqui a este processo e neste momento terminou o período de consulta pública, sem que tenha havido contributos. Basicamente uma forma muito sintética. Uma das questões que foi aqui introduzida no regulamento era um tarifário social e um tarifário para famílias numerosas que, por exemplo, não existia na localidade de Vilamoura. Hoje deliberam-se sobre estes 2 regulamentos no sentido de eles poderem depois ser publicados novamente em Diário da República para passados 15 dias passarem a produzir os devidos efeitos.-----

Pediu para intervir o senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que alertou, antes de mais, o Executivo que as propostas 1319 e 1320 são assinadas pelo Vereador Pedro Pimpão e o documento é submetido assim à Assembleia Municipal, que neste mandato já não pertence a este Executivo, como sabemos, pelo que consideramos que estes documentos deviam ser recenseados pelo atual responsável pelo Pelouro que fez a apresentação do documento.-----

Sobre o projeto do regulamento, o mesmo foi submetido a consulta pública, por 30 dias, foi submetido a entidade reguladora, foram aceites as recomendações da entidade reguladora e quanto a nós o regulamento em si está em condições de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aprovar. No entanto, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos. Como sabemos, a Algar é que é responsável pela recolha seletiva de toda a área de intervenção da Inframoura, recolhendo os ecopontos, quer de superfície, quer de enterrados. A faturação dos resíduos recolhidos vai diretamente para a Inframoura ou a Inframoura recebe através do município? Por sua vez, as Águas do Algarve são responsáveis pelo fornecimento de água em alta e tratamento de águas residuais nas ETAR's. A mesma questão em relação ao fornecimento e cobrança da água e tratamento das águas residuais. Só para salientar que em 31 de dezembro de 2020 a dívida à Câmara desta empresa municipal ascendia a 733.000,00€ referente ao tratamento das águas residuais das ETAR's. O artigo 20 e 29 diz que a Inframoura proceda à cobrança referente aos resíduos. Não compreendemos porque não garante a totalidade dos serviços, nomeadamente, no transporte de resíduos indiferenciados. E como diz este artigo diz que a responsabilidade é conjunta da Inframoura e Câmara Municipal. Não percebo, se a Inframoura recebe o dinheiro porque é que a Câmara Municipal tem de ir lá trabalhar, também. E na recolha e transporte de óleos alimentares usados a responsabilidade é da Câmara Municipal.--

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador David Pimentel**, que respondeu que o essencial aqui é que é óbvio que um procedimento de aprovação de um regulamento pode levar até 6 meses ou mais, que é iniciado por um Vereador e os documentos que estão aí assinados são assinados na altura da submissão da proposta para a aprovação em Assembleia Municipal pelo senhor Vereador do Pelouro na altura e nessa altura foi deliberado e votado por unanimidade nesta casa. Sobre as considerações financeiras que colocou, poderei depois responder com maior precisão pois francamente não tenho os elementos necessários para fazer uma resposta esclarecedora. -----

Sobre as dívidas das empresas municipais, como é óbvio como empresas de bens irão pagar todas as dívidas que devem em relação ao município. Falou de uma dívida a 31 de dezembro de 2020, nós agora vamos ver qual é o fecho das contas e que se calhar é uma altura propícia para falar desse tema pois desde 31 de dezembro de 2020 até agora seguramente parte dessa dívida já estará liquidada.-----

**Passou-se à votação;**-----

**Foi aprovada por maioria com 33 votos a favor, sendo 21 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS e 1 do PAN e 2 abstenções (1 do BE e 1 da CDU).**-----

**Passou-se ao ponto seguinte;**-----

**c)- Proposta 82/2021- Deliberação relativa ao Regulamento dos Serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(INFRAMOURA, E.M); nos termos e para os efeitos da alínea g) do n.º1 do art.º.025.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1320-2021]: foi aprovada por maioria com 33 votos a favor e 2 abstenções-----

Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria com 33 votos a favor, sendo 21 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS e 1 do PAN e 2 abstenções (1 do BE e 1 da CDU).-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

d)- Proposta 83/2021- Deliberação relativa à Retificação da Proposta n.º 756-2021- Aprovar o Relatório Final do Plano Municipal de Ação Climática de Loulé, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1213-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A pedido do Executivo esta proposta foi retirada da Ordem de Trabalhos.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

e) Proposta 84/2021- Deliberação relativa à Aprovação da Participação do Município de Loulé na Parceria CAPt2 – Circularidade da Água; Por Todos e Para Todos, incluindo o desenvolvimento das tarefas e iniciativas associadas, e o respetivo Orçamento Previsional Plurianual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1237-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador Carlos Carmo**, que disse que se está a falar de uma candidatura que o município foi desafiado a participar com um conjunto de municípios, uma candidatura da DGT que permite pura e simplesmente criar medidas de boas práticas no âmbito do círculo público urbano da água. Já houve 2 reuniões, uma delas no concelho de Loulé e que esteve cá o perito escolhido pela DGT para acompanhar este processo. Estamos a falar de uma candidatura que vai permitir criar propostas e projetos de medidas no âmbito do ciclo urbano da água. O valor da candidatura para os municípios que estão presentes, que são 100 municípios, são cerca de 200.000,00€ repartindo por todos, estamos a falar de uma verba para projetos sendo que depois há um compromisso em medidas dessa natureza em momentos anteriores que a própria DGT à posteriori havendo já um trabalho feito um conjunto de pressupostos e projetos que são apresentados de haver depois linhas de planeamento para esta matéria. O município de Loulé nesta matéria da eficiência hídrica não poderia ficar de fora e está neste grupo de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

municípios que é liderado pelo município de Guimarães.-----

Passou-se à votação;-----

**Foi aprovada por unanimidade.**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**f)- Proposta 85/2021- Deliberação relativa à delegação de competências relativamente à assunção de compromissos plurianuais [proposta municipal 1574-2021].**-----

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador David Pimentel**, que disse que a proposta para a delegação de competências para a assunção de compromissos plurianuais tem uma razão simples. Os compromissos que são assumidos pelos municípios muitas vezes são assumidos em mais que um exercício económico e mesmo agora neste momento o Executivo acaba de tomar posse e começa a ter que fazer aquisições de bens e serviços e é normal que se executem aquisições que possam começar este ano e serem executados também ao longo do próximo ano. Assim sendo, através da Lei dos Compromissos 8/2012 permite que se possa delegar no Presidente da Câmara até um determinado montante à assunção desses compromissos plurianuais e a Assembleia Municipal pode hoje deliberar nesse sentido. Isto permite maior celeridade e maior agilidade nos procedimentos da Câmara Municipal de Loulé. -----

A proposta seguinte é a proposta g) 86/2021 [proposta municipal 1585] que é a quarta alteração modificativa da despesa, quarta alteração modificativa do plano plurianual de investimentos e a terceira alteração modificativa ao plano de atividades municipais. Uma alteração modificativa ao orçamento vem sempre à Assembleia Municipal, uma alteração promotiva não teria que vir, e são muitas vezes deliberadas em reunião de Câmara. Uma alteração modificativa pode ou não pode fazer mudar o valor total do orçamento, neste caso em particular esta presente alteração que vem aqui a esta Assembleia não prevê qualquer alteração do montante global do orçamento municipal. Está elencada em todas as propostas a esta Assembleia o descritivo das rubricas que estão a ser alteradas ou modificadas. Neste caso há alterações por causa da aquisição de terrenos e, por exemplo, a requalificação urbanística na zona histórica de Loulé e por isso é que é modificativa. Apesar do valor do orçamento se manter igual, existem novas rubricas a serem contempladas no orçamento, nomeadamente aquisição de equipamento básico para a Unidade de Saúde Familiar em Quarteira, uma questão de saneamento e rede de águas na Ribeira da Graça, em Loulé, estas informações são apresentadas aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Senhores Deputados para poderem tomar as decisões e perceber o porquê da origem de uma modificação ao orçamento.-----

Alínea i) 88/2021 [proposta municipal 1608/2021] compromissos plurianuais e a necessidade que temos de abertura de procedimentos contratuais. Com base nestas alterações, é competência da Assembleia Municipal a assunção destes compromissos, porquê? Porque eles constituem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico. Existe uma tabela anexada entre as quais estas rubricas que foram modificadas e que se espelham em mais do que um exercício económico.-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que em relação à proposta da alínea f) que nos termos da lei é da competência da Assembleia Municipal a assunção dos compromissos plurianuais, ou seja, os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais de um ano económico ou anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido. Apesar de as situações em que o valor do compromisso plurianual for inferior a determinado valor, neste caso, os 99.759,58€ a competência pode ser delegada, neste caso, no Presidente da Câmara. O Bloco de Esquerda entende e considera que não há necessidade da Assembleia Municipal abdicar deste direito de fiscalização da atividade municipal, dispensando o Executivo de submeter a este órgão a aprovação sempre que ocorram alterações aos compromissos plurianuais.---

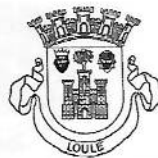
Passou-se à votação;-----

Foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor, sendo 21 do PS, 8 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS e 1 do PAN, 1 abstenção da CDU e 1 voto contra do BE.---

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**g)- Proposta 86/2021- Deliberação relativa à quarta alteração orçamental modificativa da despesa, quarta alteração modificativa do plano plurianual de investimentos, terceira alteração modificativa ao plano das atividades municipais [proposta municipal 1585-2021].**-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que a primeira questão que faz é que atendendo que está em curso a elaboração do orçamento de 2022 e que brevemente será votado por esta Assembleia, no dia 22 segundo está previsto, não seria dispensável esta revisão? E introduzir estas alterações agora aqui apresentadas já no orçamento para 2022? Quanto à medida em si, queria algumas explicações. Por exemplo, aquisição de prédios, 1.500.000,00€ e nós gostaríamos de saber onde é o terreno e qual o objetivo desse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

terreno? Construção de um edifício municipal, o reforço de 375.000.000,00€ no ano de 2020. Desconhecia que a Câmara Municipal tinha um projeto em curso para a construção de um edifício municipal e como tal gostaria também de saber que tipo de edifício é este e a que é que se refere. Por fim, gostaríamos de perguntar na adaptação do antigo espaço da GNR em Quarteira, que é um espaço escolar, o primeiro ponto é saber se este edifício é municipal? E segundo ponto, o que é que está compreendido lá ser feito? Salas de pré-primária? Aquele edifício está adaptado à mobilidade de pessoas com deficiência motora? Saudar esta ultima medida que está aqui, que é uma rubrica que vai ser induzida, que vai resolver o problema para despoluir o Cadoiço, tenho sido uma pessoa muito crítica sobre a poluição constante e temporária que aparece no Cadoiço, a minha afinidade com aquela zona em criança leva-me a defender aquele espaço, que deve ser transformado num grande espaço de lazer naquela ribeira para usufruto. Há muita gente que mora em Loulé e desconhece a beleza e a paisagem que deve ser preservada. Por isso, não temos dúvidas em votar a favor desta proposta.

Foi dada a palavra ao senhor **Vereador David Pimentel**, que disse que relativamente ao orçamento de 2022 que será deliberado na Assembleia Municipal no próximo dia 20 de dezembro, a dinâmica não permite que nós aguardemos, isto é, para podermos avançar com os procedimentos temos que ter a rubrica emendada e isso significa que para podermos contratar, seguir o código de contratação pública temos que ter já perante este ano alguma verba para se proceder a este procedimento. Como poderão todos observar no mapa, a maior parte das verbas estão no próximo ano, portanto, maioritariamente afeta naturalmente os compromissos plurianuais para 2022, mas é absolutamente fundamental avançarmos com o Unidade de Saúde Familiar em Quarteira, é absolutamente fundamental avançarmos com a aquisição de alguns terrenos, e aqui leva-me para a segunda questão que colocou. Os terrenos são para a Estratégia Local para a Habitação e diz respeito a um terreno estrategicamente localizado em Quarteira, o Mercado das Quartas-Feiras, que é fundamental conseguir garantir, uma vez que houve medidas preventivas, a aquisição deste terreno. Houve um reforço orçamental porque as negociações correm a bom porto e os terrenos que gostaria de partilhar. --

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse que o edifício municipal que nos propomos aqui construir, estamos a falar apenas de especialidades, especialidades técnicas para o edifício onde funcionará posteriormente o Algarve Medical Center com o conjunto de projetos de investigação científica e de genética que, entretanto, já estão contratualizados já hoje e que precisarão de funcionar nesse edifício. Estamos a falar de um concurso público internacional para as especialidades desse edifício cuja arquitetura está feita já, também. Queria sublinhar que tanto como seu, é meu também e faz parte da minha



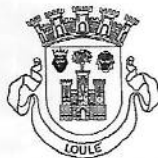
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

história afetiva e memorial da nossa infância que decorreu naquela Ribeira e que é de muitos louletanos, felizmente, muitos desconhecem a beleza daquela Ribeira e nós vamos, tal como aqui disse inúmeras vezes, sempre que aqui recebermos reclamações sobre a poluição da Ribeira do Cadoiço, que é um problema complexo, mas que depois de termos tido vários estudos do Instituto Superior Técnico, conselhos, ouvidas várias entidades e depois de feito um projeto de uma engenharia técnica municipal de Loulé que foi a debate, logo que possamos abrir concurso público para a execução dessa obra e de uma vez por todas resolver o problema da poluição da Ribeira do Cadoiço, até porque a jusante, temos dinheiros comunitários já contratualizados com a APA para renaturalizar esta linha de água numa extensão até à Ribeira de Almargem, em Quarteira. Vamos intervir profundamente nesta linha de água para devolvê-la ao convívio das pessoas e recuperar os ecossistemas ali existentes. -----

O dinheiro é para comprar o terreno, como foi dito, onde nós propusemos à Assembleia Municipal a adoção de medidas preventivas para suspender o PDM porque senão aquele terreno iria ser vendido em hasta pública, porque o fundo detentor daqueles terrenos ali naquele centro de Quarteira, que todos conhecemos, semanalmente é feito o Mercado das Quartas-Feiras, foi uma boa decisão, embora não tivesse sido unânime, nesta casa, nesta Assembleia, causou muita discussão, mas nós aprovámos, felizmente, tínhamos uma maioria confortável, esse terreno foi adquirido e ele vai ser salvaguardado para o interesse da qualidade de vida dos outros cidadãos. E lembrem-se aqui, Senhores Deputados, que esta foi uma discussão muito viva aqui dentro, e foi uma proposta aprovada por maioria, nem todos tiveram de acordo, apesar de salvaguardar o terreno para o interesse de todos os quarteirenses. Às vezes a memória é um exercício para acompanhar a política, sempre.-----

Foi dada a palavra à senhora **Vereadora Ana Machado**, que disse que o edifício é municipal, está previsto serem construídas 7 salas para o 1.º Ciclo e Jardim de Infância, obedece às regras de mobilidade e resulta da impossibilidade de podermos planificar melhor face ao crescimento. No ano letivo de 2017-2018 nós tínhamos 9568 alunos, no ano letivo seguinte 9911 alunos, no ano letivo de 2019-2020, 10.910 alunos, no ano letivo 2020-2021 11.005 alunos e neste ano letivo, à data de 30 de outubro, tínhamos 11.412 alunos, ou seja, fazemos o que podemos. O que vai ser lá edificado resulta de um trabalho conjunto com a tutela, obviamente que foi tudo validado com o Ministério da Educação.-----

**Passou-se à votação;**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, do PS e BE, e 11 abstenções, sendo 6 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS, 1 da CDU e 1 do PAN.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**h)- Proposta 87/2021- Deliberação relativa ao Procedimento de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé: Aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública — Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do PDM de Loulé; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1625-2021]-**

Foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que se trata de uma alteração do regulamento ao Plano Diretor Municipal para resolver questões que surgem e que não estão previstas em sede de PDM, mas que esta Assembleia desde que reconhecido o interesse público de determinadas aprovações em classes de espaço que de acordo com o PDM não admitem qualquer construção, elas possam existir. A Assembleia é soberana perante propostas concretas. Se a Assembleia entender que há interesse público nisso qualquer iniciativa quer da Câmara Municipal de Loulé, quer até de entidades privadas a Assembleia é soberana e diz tem interesse pode avançar. Este assunto foi aprovado em reunião de Câmara, foi objeto de discussão pública, houve ponderação feita e o que está em apreciação da Assembleia é apenas a conclusão deste processo. Ele foi até aqui pacífico e trata-se agora só de aprová-lo.-----

**Passou-se à votação;**-----

**Foi Aprovada por maioria com 29 votos a favor e 6 abstenções.** -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**i)- Proposta 88/2021- Deliberação relativa a compromissos plurianuais e abertura de procedimentos contratuais [proposta municipal 1608- 2021];** -----

**Passou-se à votação;**-----

**Foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 11 abstenções, sendo 6 do PSD, 2 do CHEGA, 1 do CDS, 1 da CDU e 1 do PAN.**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**j)- Proposta 89/2021- Deliberação relativa à Eleição de 1 Presidente de Junta de Freguesia, ou seu substituto (também este Presidente de Junta de**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Freguesia), ambos eleitos em Assembleia Municipal, tendo em vista a representação das Juntas de Freguesia do Município de Loulé na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), nos termos do n.º2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP;-----

Foi dada a palavra ao senhor deputado **Carlos Costa (PS)**, que enunciou a lista apresentada pelo Partido Socialista: António Francisco Ferreira Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Alte, e suplente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Analídio Correia Ponte.-----

**Passou-se à votação;**-----

Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins e o seu substituto, o Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Analídio Ponte, com 22 voto Sim, 3 votos Não e 10 abstenções.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

k)- Proposta 90/2021- Deliberação relativa à Nomeação de um membro da Assembleia Municipal de cada Partido Político ou grupo de cidadãos eleitores representados na mesma para integrar o Conselho Municipal da Juventude, a fim de dar cumprimento à alínea b) do n.º1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal do Conselho Municipal da Juventude Loulé (Regulamento 408/2012, de 3 de Outubro) e nos termos do n.º2 do artigo 4.º “Cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, devem indicar um deputado preferencialmente com idade inferior a 35 anos”;-----

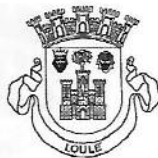
Partido Socialista, Núria Inês Rey Machado; Partido Social Democrata, Bárbara Amaral Correia; CHEGA, Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro; Bloco de Esquerda, Carlos José da Silva Martins; CDS-PP, Isilda Guerreiro; CDU, Carla Sofia Osório Gomes; PAN, Ana Luísa Poeta Simões.-----

**Passou-se à votação;**-----

**Foi Aprovada por unanimidade;**-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

l)- Proposta 91/2021- Deliberação relativa à Criação e Constituição da Comissão para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé – constituída pelos Representantes dos Grupos Municipais ou por quem os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Grupos Municipais indicarem, conforme previsto no artigo 9.º do Regimento (a Assembleia Municipal de Loulé propõe a criação de Comissão Eventual, com o objetivo de proceder à análise e propostas sobre a revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé).**-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, leu o teor da proposta. Criação e constituição para a Comissão de elaboração do regimento para a Assembleia Municipal de Loulé. Conforme previsto no artigo 9.º do Regimento desta Assembleia, a Mesa da Assembleia Municipal propõe a criação da comissão para a revisão do regimento da Assembleia Municipal de Loulé com o objetivo de acompanhar, analisar e propor as alterações ao regimento desta Assembleia Municipal. A Comissão será composta por um elemento a indicar por cada bancada, sendo garantida a proporcionalidade relativo ao peso eleitoral dos mesmos. Os grupos municipais podem substituir para cada reunião os membros indicados, desde que pertencendo à lista candidata às eleições. O mandato da Comissão extingue-se com a aprovação do novo regimento.-----

**Passou-se à votação;**-----

Foi aprovada por unanimidade, a Lista para a Comissão composta por Carlos Costa (PS); João Carlos Santos (PSD), Sandra Castro (CHEGA), Carlos Martins (BE), António Farrajota (CDS), Carla Gomes (CDU) e Ana Poeta Simões (PAN).--

Passou-se ao ponto seguinte;-----

**m)- Proposta 92/2021- Deliberação relativa para a constituição da comissão especializada do ordenamento do território nos mesmos termos do mandato anterior, conforme previsto no artigo 9.º do Regimento a Assembleia Municipal propõe a criação de comissão eventual com o objetivo de acompanhar, analisar e propor apreciações e deliberações sobre a política pública dos solos, de ordenamento do território e de urbanismo no âmbito das competências desta Assembleia.**-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, leu o teor da proposta. Criação e constituição da Comissão Especializada do Ordenamento do Território. Conforme previsto no artigo 9.º do Regimento desta Assembleia, a Mesa da Assembleia Municipal propõe a criação da Comissão especializada do Ordenamento do Território com o objetivo de acompanhar, analisar e propor apreciações e deliberações sobre a política pública dos solos, do ordenamento do território e urbanismo no âmbito das competências desta Assembleia. A Comissão é composta pela Mesa da Assembleia e tem a seguinte composição: 4 membros indicados pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Partido Socialista, 2 pelo Partido Social Democrata, 1 pelo Partido CHEGA, 1 pelo Bloco de Esquerda, 1 pelo CDS-PP, 1 pela CDU e 1 pelo PAN, sendo garantido nas votações a proporcionalidade relativa ao peso eleitoral de cada bancada. O representante da Assembleia Municipal para a Comissão para a revisão do PDM de Loulé na CCDR integra a presente Comissão como membro de pleno direito. Os grupos municipais podem substituir para cada reunião os membros indicados desde que pertencente à lista candidata às eleições. O mandato da Comissão coincide com o mandato da Assembleia.-----

-----  
**Passou-se à votação;**-----

-----  
**Foi aprovada por unanimidade a Constituição da Comissão com a seguinte composição:** Mesa da Assembleia, quatro membros indicados pelo Partido Socialista (PS); Carlos Costa, José Miguel Monteiro, António Martins, Telmo Pinto, dois pelo Partido Social Democrata (PSD), João Carlos Santos e João Ferreira, um pelo Partido CHEGA; Sandra Castro, um pelo Bloco de Esquerda (BE); Carlos Martins, um pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP); António Farrajota, um pela Coligação Democrática Unitária (CDU); Carla Gomes, um pelo Partido Pessoas/Animais/Natureza (PAN), Ana Poeta Simões e pelo Representante da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva para a Revisão do PDM na CCDR;-----

-----  
O senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

-----  
**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**

*Simão*

**A 1ª SECRETÁRIA**

*Joana Conceição*

**O 2º SECRETÁRIO**

*Fernando Pereira Marques*





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

Mandato 2021-2025

ATA N.º 1/2021  
de 13 de Outubro

Aos treze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Cineteatro Louletano e na sequência da tomada de posse dos órgãos autárquicos para o quadriénio dois mil e vinte e um, dois mil e vinte cinco, o primeiro eleito da lista mais votada para a Assembleia Municipal, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes tomou assento na Mesa Provisória e solicitou a colaboração de dois deputados municipais, Ana Luisa Poeta Simões e Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, para o acompanhar nas tarefas relativas ao cumprimento do ponto único da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia Municipal (artigos 45.º e 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual e artigos 6.º e 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, aprovado em 27 de Abril de 2018).-----

De seguida foi questionada a distinta Assembleia, se havia alguma proposta que proovesse à constituição da Mesa.-----

Tendo dado entrada na Mesa Provisória uma proposta subscrita pelos deputados, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, João Pedro Medeira Cabrita, Núria Inês Rey Machado, todos do Partido Socialista, foi a mesma aceite. Não tendo ocorrido a apresentação de quaisquer outras listas, conformando-se desta forma o estipulado no regulamento interno da Assembleia Municipal em vigor, por força do número 5 do artigo 45.º da Lei nr.º 169/99 de 18 de Setembro, na sua redação atual.-----

Assim e na sequência procedeu-se à votação por escrutínio secreto de todos os membros da Assembleia Municipal recém-empossados, tendo sido solicitada, posteriormente, a colaboração, enquanto escrutinadoras, dos senhores deputados, Ana Luisa Poeta Simões e Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

Verificou-se que deram entrada na urna, utilizada para o efeito, trinta e cinco votos sendo o resultado o seguinte: vinte e seis votos a favor, sete votos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

branco e dois votos com a letra A inscrita, que foram considerados pela Mesa provisória, como abstenções.

Concluído o processo de votação ficou constituída a Mesa Definitiva da Assembleia pelos seguintes membros: Presidente, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, Primeira Secretária, Joana Guerreiro da Conceição e Segundo Secretário, Fernando Pereira Marques.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a primeira sessão da Assembleia Municipal eleita para o quadriénio de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte cinco, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, por Joana Guerreiro da Conceição, enquanto Primeira Secretária e Fernando Pereira Marques, enquanto Segundo Secretário.

O PRESIDENTE Simão

A PRIMEIRA SECRETÁRIA Joana Conceição

O SEGUNDO SECRETÁRIO Fernando Marques



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ  
Código Postal 8104-001

Mandato 2021-2025

Anexo A à ATA N.º 1/2021 de 13 de Outubro  
Instalação da Mesa da Assembleia Municipal

Estiverem presentes na reunião:

21 Deputados Municipais do PS:

|                                                           |          |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes                       | Presente |
| Maria Esteves Ferreira Lourenço                           | Presente |
| Carlos Manuel Pontes Costa                                | Presente |
| Joana Guerreiro da Conceição                              | Presente |
| Vitor Cristiano da Piedade Ferreira                       | Presente |
| Pedro de Moraes Lobo Martins Julião                       | Presente |
| Elisabeta Ecaterina Necker                                | Presente |
| Abel Filipe dos Santos Matinhos                           | Presente |
| José Miguel Almeida Monteiro                              | Presente |
| Fernando Pereira Marques                                  | Presente |
| Márcio Alexandre Bandeira Fernandes                       | Presente |
| Núria Inês Rey Machado                                    | Presente |
| João Pedro Medeira Cabrita                                | Presente |
| Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira                     | Presente |
| Joaquim João Pinheiro Pinto (Freguesia de Almancil)       | Presente |
| António Francisco Ferreira Martins (Freguesia de Alte)    | Presente |
| José Fernando Florinda Carrusca (Freguesia do Ameixial)   | Presente |
| Nelson Joaquim Caetano Brazão (Freguesia de Boliqueime)   | Presente |
| Telmo Manuel Machado Pinto (Freguesia de Quarteira)       | Presente |
| Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Freguesia de S. Clemente) | Presente |
| Analídio Correia da Ponte (Freguesia de S. Sebastião)     | Presente |
| Não esteve presente;                                      |          |
| Maria João Carapeto Tavares                               |          |

9 Deputados Municipais do PSD:

|                                        |          |
|----------------------------------------|----------|
| Eleutério João Pedro Rocheta           | Presente |
| João Carlos Dias dos Santos            | Presente |
| Bárbara Maria do Amaral Correia        | Presente |
| Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues | Presente |
| António José Mendes Pinto Farrajota    | Presente |



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
Código Postal 8104-001

Cláudia Isabel Martins Mendes-----Presente  
João José Paixão Carvalho Ferreira-----Presente  
Francisco André Pereira Rodrigues (Freguesia de Salir)-----Presente  
Maria Margarida Renda Correia (União das Freguesias de  
Querença/Tôr/Benafim)-----Presente

**2 Deputados Municipais do CHEGA:**

Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro-----Presente  
Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro-----Presente

**1 Deputado Municipal do BE:**

Carlos José da Silva Martins-----Presente

**1 Deputado Municipal da CDU:**

Carla Sofia Osório Gomes-----Presente

**1 Deputado Municipal do PAN:**

Ana Luisa Poeta Simões-----Presente

Loulé, 13 de Outubro de 2021

O PRESIDENTE Sau Cam

A PRIMEIRA SECRETÁRIA Joana Conceição

O SEGUNDO SECRETÁRIO Fernando César Marques

Partido CHEGA

Assembleia Municipal de Loulé

Em 25 de Novembro de 1975, o Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de Abril de 1974.

Os valores de Abril sofreram ao longo de um ano um duro golpe que pela força, determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da Amadora e pelos seus apoiantes não vingou e felizmente para o nosso país, não poderia sequer ter vingado.

Passados 46 anos, a data do 25 de Novembro continua a ser ocultada da história de Portugal, facto esse que o CHEGA repudia.

Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada ao partido A ou B. História é história e não pode ser apagada! Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o 25 de Novembro como a reposição dos valores originais de Abril!

Nesse sentido, os eleitos nesta Assembleia vêm propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de Abril.

A ser aprovada, a presente moção deve ser remetida a:

Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores.

Presidente da Assembleia Municipal e respetivos deputados Municipais.

Presidentes das Assembleias de Freguesias do Concelho

Assembleias de Freguesias do Concelho

Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Associação de Comandos

11 de Novembro de 2021

Os Eleitos do Chega à Assembleia Municipal de Loulé

SANDRA CASTRO

SANDRA RIBEIRO





DECLARAÇÃO DE VOTO MOÇÃO “VOTO DE RECONHECIMENTO 25 DE NOVEMBRO”

A revolução dos cravos que nos deu a liberdade, permitiu que todos, independentemente da origem, raça, credo ou condição económica, sejam detentores dos mesmos direitos, permitiu, também, uma sociedade mais solidária, permitiu criar ferramentas para combater a pobreza, o analfabetismo, o trabalho infantil, a mortalidade infantil e materno infantil, e pôs fim a 13 anos de guerra colonial, uma guerra que mobilizou cerca de 1 milhão de homens, matou cerca de 8000, feriu cerca de 120 000 e um número indeterminado de vítimas de stress pós traumático.

Na verdade podemos ver os grandes avanços sociais logo na Constituição da República Portuguesa de 1976, pilar dos princípios basilares da nossa democracia, desde o princípio da igualdade, criando a ideia de uma igualdade universal entre cidadãos perante a lei, da liberdade de consciência e de associação, do direito de reunião e de manifestação, da liberdade sindical, do direito à proteção social, no desemprego e na doença, à educação para todos, ao cumprir, enfim, o Estado de Direito.

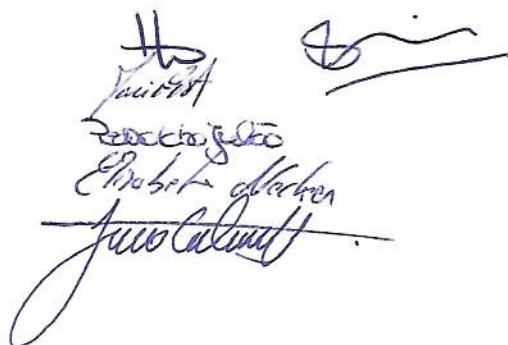
Tudo isto foram avanços apenas possíveis devido “àquela madrugada” de 25 de abril de 1974, sendo hoje Portugal um país, com um Estado Social, garante e suporte de todos os cidadãos e é promotor de uma sociedade cada vez mais equitativa.

Sem escamotear visões distintas, tensões, e riscos de conflitos, entende, a bancada do PS que a moção apresentada pelo CHEGA procura instrumentalizar, de forma descontextualizada um momento de um processo histórico que o povo português e os seus representantes tiveram a vontade e a capacidade de conduzir ao que hoje Portugal é, uma democracia madura. Desvalorizar as conquistas de abril, e sob o pretexto da “tentativa de uma ditadura de contornos perigosos para a democracia, querer equiparar um momento ao processo que integra e justifica é uma falsidade histórica e, como bem refere, o general Ramalho Eanes “as datas fraturantes (neste caso o 25 de novembro) não se comemoram, comemoram-se sim as datas que são convergentes e aglutinadoras.

Posto isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta moção.

Pelo grupo municipal do PS,

Loulé, 03 de Dezembro de 2021







**Voto de Saudação ao  
Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de  
novembro)**

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.

Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%).

A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19) 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão.

A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI 2021. Ao nível dos crimes de violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos

arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes.

Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: **35 mulheres assassinadas**, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas com comoção, apresentando as nossas condolências às famílias enlutadas.

**A Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 3 de Dezembro de 2021 saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.**

**Loulé, 03 de Dezembro de 2021**

**Pelo GRUPO MUNICIPAL DO BLOCO DE ESQUERDA**



**(Carlos José da Silva Martins)**

## PARTIDO SOCIALISTA | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

### VOTO DE SAUDAÇÃO

#### DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em 1999, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução 52/134, instituiu o dia 25 de novembro como o **Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres**, com o propósito de alertar para este grave problema que atinge as mulheres, tanto em casa como fora dela.

Mas, de que falamos quando falamos da Violência contra as mulheres??

- Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência contra a mulher é “todo ato de violência baseado no gênero que tem como resultado o dano físico, sexual, psicológico, incluindo ameaças, coerção e privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública seja na vida privada”;
- A violência contra as mulheres, a “pandemia silenciosa” segundo a ONU, não se esgota no âmbito doméstico, assumindo diversas formas, múltiplos rostos, manifestando-se em qualquer lugar;
- A violência contra as mulheres é um problema de cada um de nós, das famílias, da Educação da Saúde, das forças de segurança, do poder judicial, do governo, do parlamento, das autarquias, das empresas, é, em suma, um problema de todos.
- A violência contra as Mulheres é questão de desigualdade, de economia, de segurança e de desenvolvimento. Resulta da discriminação de gênero, da ausência de cultura de cidadania global participativa e do desrespeito pelos direitos humanos.
- Segundo a ONU, 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo experienciam violência sexual ou física ao longo da sua vida;
- Na União Europeia, apenas 52% das mulheres casadas ou em união de facto tomam livremente as suas próprias decisões sobre relações sexuais, uso de contraceptivos e cuidados de saúde;

Em Portugal, o reforço do combate integrado à violência doméstica, tem sido uma realidade, com o número de estruturas de apoio a aumentar significativamente, de uma em 1999, para cerca de 200 em 2021. A criminalização do fenómeno, os planos municipais para a igualdade, ou a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, são apenas alguns dos instrumentos de políticas públicas nesta matéria.

Ainda assim, e para melhor se perceber a dimensão do problema, olhemos para os números que insistem em nos interpelar e nos convocam para a ação permanente, uma vez que em 2020, segundo a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) foram participadas à PSP e à GNR 27609 ocorrências de violência, com 32 mortes, 27 mulheres, 3 homens e 2 crianças. No primeiro trimestre de 2021 foram participadas 6611 ocorrências, com 6 mortes, 5 mulheres e 1 homem.

Perante a evidência destes dados, resta-nos combater firme e sistematicamente esta que ainda é, factualmente uma pandemia: violência contra as mulheres. Este combate é um imperativo ético e civilizacional, um combate pelos de direitos humanos, pelo desenvolvimento humano. Como refere Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora Executiva da ONU Mulheres, “A violência contra mulheres e meninas é uma violação dos direitos humanos que se perpetua há décadas. É universal, mas não é inevitável, a menos que permaneçamos em silêncio.”

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida em plenário no dia 3 de dezembro, presta, assim, a sua homenagem a todas mulheres, que em qualquer parte do mundo foram e/ou são vítimas de qualquer forma de violência

Pelo grupo municipal do PS,

Loulé, 03 de dezembro de 2021

## MOÇÃO

### PELA INVIABILIZAÇÃO DE UM CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS

Os Executivos das Juntas de Freguesia de São Sebastião e Boliqueime têm sido questionados sobre um pedido que deu entrada na Câmara Municipal de Loulé a requerer a remodelação dos armazéns sitos nas antigas instalações do MJP – Manuel Joaquim Pinto.

Como a empresa promotora tem como atividade principal a gestão de resíduos, julga-se que o objetivo deste processo de licenciamento, junto da CML, tem por pretensão a instalação de uma central de tratamento/transferência de resíduos. Tal projeto tem levado os moradores da zona envolvente e não só, a temerem pelo seu bem-estar, saúde e qualidade de vida, caso seja aprovado.

A localização da possível instalação desta empresa situa-se na freguesia de S. Sebastião, numa zona limítrofe com a freguesia de Boliqueime, o que leva a que sobretudo os habitantes das zonas vizinhas dos Matos da Picota, Parragil, Alfontes e do Gilvrazino, onde existe uma Escola EB1+JI, entre outros locais, estejam apreensivos e muito preocupados perante tal hipótese.

Sugerimos que a CML deverá propor às entidades licenciadoras deste tipo de atividade do requerente, que não inclua autorização para o manuseamento de resíduos/lixos de qualquer natureza. Não podemos esquecer o perigo sempre iminente de contaminação dos aquíferos e da qualidade do ar. Para além disso, trata-se de uma zona a preservar por se encontrar dentro das fronteiras do futuro Geoparque Algarvensis.

Resumindo a CML deverá ter um papel pró-ativo e continuar o diálogo com estas entidades, informando das supostas pretensões do requerente para aquele local, de modo a limitar ao máximo o que possa ali ser feito.

Perante o acima exposto, tal adicionaria um impacto ambiental já de si bastante elevado naquela zona, pois não podemos esquecer que as populações aí residentes têm sofrido bastante com a existência das pedreiras, fábricas de cimento e de betão e o correspondente enorme fluxo de camiões que, para além de diminuir a qualidade do ar, tem contribuído para uma degradação sistemática das suas habitações.

Assim, instamos e colocamo-nos ao lado do Executivo camarário no sentido de impedir, através de todas as formas legais, que o possível centro de tratamento/transferência de resíduos venha a ser localizado naquela área, a bem do ambiente e da qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Diante do acima exposto, vimos, em nome dos Executivos das Juntas de Freguesia supra e na defesa dos moradores e dos seus legítimos interesses, manifestar o nosso TOTAL DESACORDO pela utilização daquele espaço para a gestão de resíduos, incluindo uma possível unidade de triagem de RSU - Resíduos Sólidos Urbanos.

Loulé, 29-11-2021

O Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Analídio Correia da Ponte



O Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, Nelson Joaquim Caetano Brazão







## **Moção de atualidade e urgência**

**Pela suspensão do PDM na zona EN 270, Matos Picota, freguesia de São Sebastião, para a salvaguarda do interesse da população.**

Considerando que,

- a. A 06 de Julho de 2020, foi solicitado por parte da Requerente Blueotter – Circular, S.A, o licenciamento de alteração de uma unidade industrial existente, sita na EN 270, Matos Picota, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, no âmbito do processo 257/2020, a correr temos na C.M.L;
- b. A alteração sobredita tem como pretensão de manter o espaço em questão para uso industrial, reconvertendo a indústria existente como pedreira e briteira num Centro de Tratamento de Resíduos, este espaço é formado por um conjunto de prédios rústicos e urbanos, que totalizam a área de 44.010,00m<sup>2</sup>;
- c. Os resíduos a serem tratados são os seguintes:
  - Resíduos orgânicos;
  - Resíduos indiferenciados;
  - Resíduos equipamento elétrico e eletrónico;
  - Resíduos poliestireno expandido;
  - Resíduos de papel/cartão triturados e enfardados.

Considerando ainda que:

- d. É referido na memória descritiva e justificativa, em concreto a folhas 5, do ponto 2.2, o seguinte: *“proximidade a habitações é indesejável atendendo ao potencial de geração de odores e de ruído naturais de qualquer atividade económica e de gestão de resíduos em particular”;*
- 

- e. Esta unidade industrial dista a cerca de 8 km da cidade de Loulé, a 15km da cidade de Quarteira, a 5km da aldeia de Boliqueime e a 2km da Via do Infante;
- f. Pelo atrás exposto, não se encontram salvaguardadas as melhores condições de vida para a população que circunda o local de implantação desta unidade, nem são clarificadas as repercussões que a mesma terá na saúde da população;
- g. Adicionalmente, não está igualmente clarificado o impacto que esta unidade industrial poderá provocar na qualidade do ar, o que é de extrema preocupação face à sua proximidade de unidades turísticas de excelência mundial.

Pelo atrás exposto, vem o grupo municipal do PSD propor que a Assembleia Municipal de Loulé, no exercício das suas competências, <sup>recomendar</sup> ~~determinar~~ que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé proceda à suspensão provisória do PDM no sentido de impedir que sejam cometidos atos que possam prejudicar gravemente o município de Loulé, a qualidade de vida dos seus munícipes, e sejam contrários aos princípios de defesa . Não sendo um mecanismo que deva ser usado de forma corrente pelo executivo, esta bancada entende as razões atrás expostas são suficientemente graves para justificar o seu uso. Importa referir que o Executivo já suspendeu o PDM noutras situações, nomeadamente nos terrenos que hoje ainda são utilizados para o mercado da fruta e no Parque de campismo, ambos localizados em Quarteira.

O Grupo Municipal do PSD Loulé



## **Declaração de Voto**

### **Proposta 87/2021 - Deliberação relativa ao Procedimento de Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Loulé.**

A seguinte Declaração de Voto, redigida pela bancada do grupo municipal do Partido Social Democrata, pretende justificar um engano relativo à votação da alínea H presente na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de 03 de Dezembro de 2021. A indicação de voto foi abstenção, no entanto, a indicação de voto correta seria o voto a favor.

Pela Bancada do Grupo Municipal do PSD  
03 de Dezembro de 2021

